

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2003

MENSAGEM DA DIRETORIA

Em seu primeiro ano completo de atuação, a holding CPFL Energia cumpriu plenamente os desafios estabelecidos em sua agenda estratégica, concluindo 2003 com resultados favoráveis em todas as suas áreas de atuação.

O contexto vivido pelo País, a partir de 2002, com as naturais incertezas decorrentes da transição política no âmbito do Governo Federal e da perspectiva de mudanças estruturais no modelo institucional do setor elétrico, levou a CPFL Energia ao estabelecimento de uma agenda corporativa para enfrentar e superar os seus principais desafios estratégicos:

- Viabilizar o equacionamento do endividamento de curto prazo das empresas do Grupo CPFL e melhorar a sua estrutura de capital;
- Viabilizar os financiamentos para os projetos de geração;
- Homologar os contratos de compra e venda de energia dos empreendimentos de geração, da CPFL Geração;
- Obter um resultado justo e equilibrado no processo de Revisão Tarifária das distribuidoras CPFL Paulista, CPFL Piratininga e Rio Grande Energia;
- Manter e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos consumidores de energia das distribuidoras, com otimização de custos operacionais e de investimentos;
- Consolidar a presença da CPFL Brasil, ampliando sua participação no mercado de comercialização de energia e de venda de serviços de valor agregado, ampliando a receita do Grupo CPFL, proveniente da atuação em mercados competitivos;
- Incorporar diretrizes avançadas de Governança Corporativa e Responsabilidade Social, para assegurar os compromissos da CPFL Energia com a transparência e a gestão dos impactos de suas atividades nos planos econômico, social e ambiental.

A estratégia adotada permitiu que, ao final de 2003, fossem alcançados resultados amplamente favoráveis.

Certamente, entre os eventos importantes ocorridos neste ano, destaca-se a capitalização realizada pelos acionistas da CPFL Energia, no valor total de R\$ 1.550 milhões, que ocorreu em duas fases. Primeiramente, em abril de 2003, os então acionistas VBC Energia, 521 Participações e Bonaire Participações, aportaram R\$ 800 milhões, sob forma de um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Posteriormente, em outubro do mesmo ano, esse AFAC foi convertido em capital. Adicionalmente, ainda no mês de outubro, foram aportados R\$ 750 milhões, sendo R\$ 450 milhões por parte da VBC Energia, 521 Participações e Bonaire Participações, e R\$ 300 milhões por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através do BNDESPar, que passou a integrar o quadro de acionistas da CPFL Energia, com participação de 3,42%.

1. HIGHLIGHTS SOCIETÁRIOS

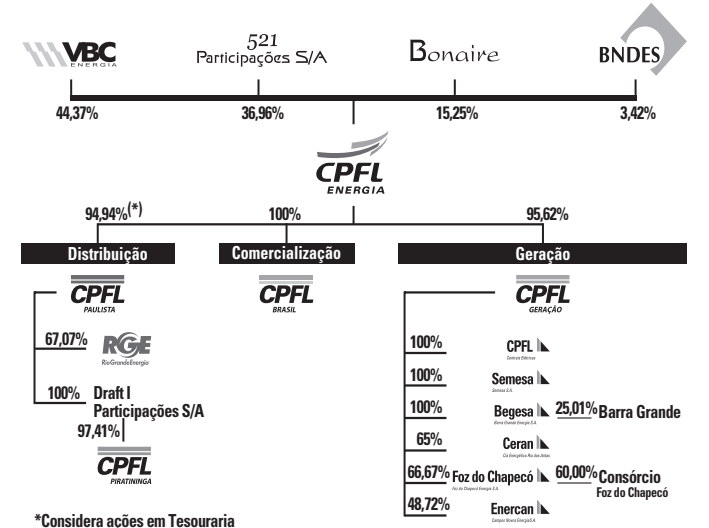
Os principais eventos societários, que deram origem à atual situação organizacional da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") e de suas empresas controladas, estão listados a seguir:

Datas	Eventos
Novembro/1997	Leilão de Oferta Pública de Ações da CPFL Paulista, cujo consórcio vencedor, composto pela VBC Energia S.A. - "VBC", 521 Participações S.A. e Bonaire Participações S.A., passou a deter 66,98% do capital votante e 47,84% do capital total da CPFL Paulista;
Março/1998	Constituição da CPFL Energia sob a denominação inicial de Draft II Participações S.A., tendo por objeto a participação no capital de outras sociedades;
Setembro/1998	A CPFL Paulista, através de sua controlada Draft I Participações S.A. ("Draft I"), em consórcio com a Energia Paulista Ltda. - ENERPULO (empresa controlada pela Eletricidade de Portugal - EDP), adquiriu o controle acionário da Empresa Bandeirante de Energia ("EBE"). A participação da CPFL Paulista correspondia a 32,94% do capital votante e 13,11% de seu capital total;
Novembro/1999	Oferta Pública de Venda e Compra de Ações de Emissão da CPFL Paulista, realizada na BOVESPA. Após essa aquisição, os acionistas controladores passaram a deter 91,89% do capital votante e 90,38% do capital total da CPFL Paulista;
Dezembro/1999	Em Assembleia Geral Extraordinária da CPFL Paulista, foi deliberada a incorporação de seu consórcio controlador, com consequente extinção da sociedade incorporada. A partir da referida incorporação, os controladores integrantes do consórcio extinto passaram a participar direta, e indiretamente através da Draft II do capital da CPFL Paulista;
Setembro/2000	Em atendimento aos contratos de concessão, os acionistas da CPFL Paulista deliberaram pela separação das atividades de geração e distribuição de energia elétrica, que passaram a ser desenvolvidas por sociedades distintas. A parcela cindida da CPFL Paulista, correspondente à atividade de geração de energia elétrica, foi incorporada pela CPFL Geração, cujas ações foram distribuídas aos acionistas da CPFL Paulista, na proporção de suas participações na mesma. À época da cisão, a CPFL Energia (atual denominação da Draft II Participações S.A.) detinha 21,20% da CPFL Paulista e 21,20% da CPFL Geração;
Novembro/2000	Em Leilão de Oferta Pública de Compra de Ações Ordinárias e Preferenciais da EBE, a CPFL Paulista, por meio de sua controlada Draft I, elevou sua participação indireta no capital social da EBE para 43,01% das ações ordinárias e 41,73% das ações preferenciais, correspondente a 42,24% do capital total;
Julho/2001	Aquisição pela CPFL Paulista do controle acionário da Rio Grande Energia ("RGE"), detendo 66,97% do seu capital total ao final de 2001. A RGE é uma concessionária de serviços públicos, que atua na distribuição de energia elétrica para cerca de 1,0 milhão de consumidores, nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul;
Outubro/2001	Cisão parcial da Empresa Bandeirante de Energia S.A. ("Bandeirante"), nova razão social da EBE, controlada em conjunto com a Enerpulo. A parcela cindida da Bandeirante foi incorporada à Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga"). A partir dessa operação, a CPFL Paulista passou a deter, através de sua controlada Draft I, 96,48% do capital total da CPFL Piratininga, mediante permuta de ações com a Enerpulo. A CPFL Piratininga é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, com cerca de 1,2 milhão de consumidores, e atua nas regiões da Baixada Santista, Sorocaba e Jundiá;
Agosto/2002	Conclusão da reestruturação do Grupo CPFL. Os ativos que os acionistas da CPFL Energia detinham na CPFL Paulista e na CPFL Geração foram, por meio de aumento do capital, incorporados na Draft II, sendo alterada sua razão social para CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia");
Janeiro/2003	Início das atividades da recém-criada "CPFL Comercialização Brasil Ltda." (atual "CPFL Comercialização Brasil S.A."), empresa 100% controlada pela CPFL Energia, responsável pela comercialização de energia elétrica;
Outubro/2003	Aprovação do aumento de capital na CPFL Energia no montante de R\$ 1.550 bilhão. Ingresso de participação do BNDES Participações S.A. com integralização de R\$ 300 milhões, representando 3,42% do capital.

2. PERFIL CORPORATIVO

A CPFL Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem como objetivo atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas à distribuição, geração e comercialização de energia elétrica. Em dezembro de 2003, a Sociedade detinha as seguintes participações:

- **Companhia Paulista de Força e Luz (participação direta de 94,94%)**: empresa do segmento de distribuição de energia, que detém participação acionária indireta na Companhia Piratininga de Força e Luz (97,41%) e direta na Rio Grande Energia S.A. (67,07%);
- **CPFL Geração de Energia S.A. (participação direta de 95,62%)**: empresa do segmento de geração de energia elétrica, participando dos seguintes empreendimentos: CPFL Centrais Elétricas S.A. (19 PCH's e 01 Usina Térmica), CERAN, SEMESA S.A., UHE's Campos Novos, Foz do Chapecó e Barra Grande;
- **CPFL Comercialização Brasil S.A. (participação direta de 100%)**: responsável pelas atividades de comercialização de energia e serviços do Grupo CPFL.



O principal efeito dessa capitalização foi a melhora na estrutura de endividamento da CPFL Energia, representada pela mudança do seu perfil, com o aumento do prazo médio e a redução do custo da dívida. Esse fato, sobretudo, evidenciou o forte comprometimento dos acionistas da CPFL Energia com a sua visão de futuro e a sustentabilidade dos negócios.

Na área de Governança Corporativa os avanços foram efetivos, com destaque para o alinhamento do Estatuto Social da CPFL Energia às disposições do Novo Mercado Bovespa, e para o alinhamento do Estatuto Social das controladas diretas ao Estatuto da CPFL Energia. Também foi iniciada a verificação e, se necessário, a adequação dos processos internos de gestão aos requerimentos da legislação americana conhecida como "Sarbanes-Oxley Act". Finalmente, foram aprovados pelo Conselho de Administração o Regimento Interno do próprio Conselho e dos seus Comitês de Assessoramento, já instalados.

Na área de distribuição de energia, a CPFL Paulista, a CPFL Piratininga e a Rio Grande Energia ("RGE"), na Revisão Tarifária, obtiveram índices de reposicionamento tarifário que lhes permitiu manter os seus programas de investimentos, a qualidade dos serviços prestados aos consumidores, assegurando, ainda, a sustentabilidade dos negócios nessa área. Este fato se deve, fundamentalmente, ao modelo de gestão adotado pela CPFL Energia em suas distribuidoras, com a unificação de padrões construtivos e com o compartilhamento das melhores práticas de gestão e operação, assegurando custos de operação e manutenção hoje considerados referência no setor, mesmo quando comparados internacionalmente.

O mercado dessas distribuidoras, em 2003, também demonstrou sua potencialidade. Enquanto o PIB brasileiro apresentou um decréscimo de 0,2%, as vendas de energia na área de concessão das distribuidoras CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE, cresceram, respectivamente, 5,1%, 5,0% e 3,4%. O crescimento médio ponderado foi de 4,82%, superior à média brasileira, de 3,7%. Respondendo ao desafio de atender esse crescimento de mercado a CPFL Energia investiu R\$ 233 milhões na expansão e na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos consumidores de suas distribuidoras.

Os empreendimentos de geração dos quais a CPFL Energia participa através da CPFL Geração, tiveram seus contratos de energia homologados pela ANEEL. Esse fato, juntamente com a redução das participações detidas pela CPFL Geração, na Baesa e na Enercan, viabilizou a obtenção dos financiamentos necessários à continuidade das obras. São seis grandes usinas hidrelétricas, com capacidade total de 2.785 MW, que irão ajudar o país a suportar o crescimento econômico futuro. Apenas em 2003, através da CPFL Geração, foram investidos R\$ 331 milhões em empreendimentos de geração. No final de 2003, encontrava-se em construção as usinas hidrelétricas de Campos Novos, Barra Grande e Monte Claro. Em 2009, estão sendo iniciadas as obras das usinas Castro Alves e 14 de Julho. A usina Foz do Chapecó tem o início de sua construção previsto para 2005. Com essas usinas, até 2009 a capacidade de geração de energia da CPFL Energia atingirá 1.989 MW.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

SUMÁRIO EXECUTIVO			
DESTAQUES FINANCEIROS CPFL ENERGIA (Consolidado - R\$ Mil)	2003	2002	
Receita Operacional Líquida	6.057.069	3.305.330	
Prejuízo Líquido	(297.392)	(696.063)	
DESTAQUES OPERACIONAIS			
SEGMENTO DA DISTRIBUIÇÃO			
CPFL Paulista (Controlador)	2003	2002	
Subestações (unid.)	245	245	
- Capacidade Instalada (MVA)	5.407	5.407	
Linhas de Transmissão (Km)	6.088	6.088	
Rede de Distribuição (Km)	71.513	69.704	
Transformadores de Distribuição (unid.)	93.259	89.504	
Frequência Equivalente de Interrupções - FEC (nº)	5.18	5,26	
Duração Equivalente de Interrupções - DEC (horas)	5,35	5,36	
Tempo Médio de Atendimento - TMA (min.)	61,00	61,00	
Nº Consumidores (mil)	3.028	3.000	
Nº Funcionários (unid.)	2.948	3.006	
CPFL Piratininga	2003	2002	
Subestações (unid.)	34	34	
- Capacidade Instalada (MVA)	2.455	2.455	
Linhas de Transmissão (Km)	580	580	
Rede de Distribuição (Km)	17.396	17.360	
Transformadores de Distribuição (unid.)	29.661	28.129	
Frequência Equivalente de Interrupções - FEC (nº)	5,40	5,92	
Duração Equivalente de Interrupções - DEC (horas)	6,65	7,68	
Tempo Médio de Atendimento - TMA (min.)	72	68	
Nº Consumidores (mil)	1.163	1.175	
Nº Funcionários (unid.)	1.012	1.251	
SEGMENTO DA GERAÇÃO (Consolidado)	2003	2002	
Potência Instalada Atual (MW)	812	812	
- 19 PCH's, 01 UHE Térmica e Serra da Mesa	812	812	
- CERAN - Complexo Energético Rio das Antas	0	0	
- UHE Barra Grande	0	0	
- UHE Campos Novos	0	0	
- UHE Foz do Chapecó	0	0	
Potência Instalada Futura Estimada (MW)	1.989	2.392	
- 19 PCH's, 01 UHE Térmica e Serra da Mesa	812	814	
- CERAN - Complexo Energético Rio das Antas	234	234	
- UHE Barra Grande	173	345	
- UHE Campos Novos	429	657	
- UHE Foz do Chapecó	342	342	
Nº Funcionários (unid.)	97	110	
SEGMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO	2003	2002	
Energia Comercializada (MWh)	4.535	-	
Nº Funcionários (unid.)	18	-	

A CPFL Energia lidera um dos principais grupos privados, atuante no setor elétrico, com capital 100% nacional, que atende a uma população de 15,3 milhões de habitantes em 515 municípios dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Na qualidade de holding de controle não operacional, a CPFL Energia depende diretamente do resultado das operações de suas empresas controladas, e apresentou em 2003 o seguinte desempenho consolidado no segmento de distribuição de energia elétrica:

Classes de Consumo	GWh Faturados - Consolidados			
	2003	2002	AH%	AV% 2003
Residencial	8.124	7.779	4,4	23,6
Industrial	16.909	15.731	7,5	49,0
Comercial	4.752	4.485	6,0	13,8
Rural	1.550	1.466	5,7	4,5
Poderes Públicos	736	639	15,2	2,1
Iluminação Pública	1.048	1.012	3,6	3,0
Serviço Público	1.352	1.297	4,2	3,9
Consumo Próprio	25	31	(19,4)	0,1
Fornecimento Faturado	34.496	32.440	6,3	100,0

Mercado Total

O volume de energia faturada da CPFL Energia, em bases consolidadas, registrou em 2003 um crescimento de 6,3% em relação a 2002. As classes mais representativas e que apresentaram maior crescimento são a residencial, industrial e comercial que, juntas, representam cerca de 86,4% do mercado e cresceram 4,4%, 7,5% e 6,0%, respectivamente.

Classe Residencial

A classe residencial, que representa cerca de 23,6% do mercado consolidado da CPFL Energia, apresentou crescimento de 4,4% em relação ao ano anterior.

Este crescimento consolidado decorreu de duas influências básicas, que se distinguem em cada distribuidora. A recuperação da base de 2002, que está afetada pelo racionamento (CPFL Piratininga e CPFL Paulista) e racionalização (RGE), bem como pela redução do real poder de compra dos consumidores que são afetados pela inflação e taxa básica de juros. Uma avaliação detalhada é disponível no relatório de cada empresa.

Classe Industrial

A classe industrial, que representa 49,0% do mercado consolidado da CPFL Energia, apresentou crescimento de 7,5% em relação a 2002. A taxa de crescimento observada reflete a recuperação da produção industrial, devido ao bom desempenho dos setores exportadores, que foram favorecidos pelo nível da taxa de câmbio (desvalorizada) e pelas condições do mercado internacional. Adicionalmente, com o início das operações da CPFL Brasil, em janeiro de 2003, houve o ingresso de um volume adicional de energia faturada, da ordem de 678.384 MWh, em relação ao ano anterior.

Classe Comercial

Apesar do baixo nível de emprego no setor de comércio e serviços, bem como a queda no rendimento médio real, registrados em 2003, a classe comercial apresentou, em bases consolidadas, um crescimento de 6,0% em relação a 2002. Esse crescimento, similar ao ocorrido na Classe Residencial, decorre de influências diversas nas bases, que são detalhadas nos relatórios de cada empresa.

Demais Classes

As demais classes de consumo (Rural, Poderes Públicos, Iluminação Pública e Serviços Públicos) participam com 13,6% do mercado total de 2003, considerando as controladas da CPFL Energia. Essas classes apresentaram crescimento de 6,0%, com o destaque para a classe rural na CPFL Paulista, que apresentou incremento significativo.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano de 2003 foi marcado pela discussão do novo modelo do Setor Elétrico, proposto pelo Governo Federal.

Na área de comercialização de energia, a CPFL Brasil consolidou sua posição no mercado, apoiada por uma estratégia diversificada de negócios, que inclui a compra de energia de cogeneradores, de usinas termelétricas do Programa Prioritário de Termelétricas (PPT) e de grandes geradoras, além da venda de energia para distribuidoras nacionais e clientes livres. Destaca-se, ainda, a venda de serviços de valor agregado para grandes clientes.

Os esforços realizados pela CPFL Energia podem ser observados pela melhora do resultado operacional de suas controladas, que combinada com a redução da despesa financeira líquida, refletiu-se na melhora do resultado, com uma redução de 57,3% no prejuízo do exercício. Considerando os resultados obtidos no último trimestre de 2003, que refletem os efeitos da capitalização realizada em outubro, as perspectivas para 2004 e para os próximos anos mostram-se favoráveis, principalmente pela conclusão e entrada em operação das usinas em construção, sendo que, a primeira delas entra em operação em outubro de 2004.

A atuação da CPFL Energia reflete um compromisso amplo e envolve a gestão permanente dos impactos e dos resultados dos seus negócios em seus públicos de interesse - acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, governo, sociedade e meio ambiente, pois está igualmente vinculada ao esforço para incorporar, na cultura das suas empresas, um senso de cidadania empresarial fundamentado na ética, na transparência e nos valores que orientam as suas relações com esses públicos.

Esse esforço vem sendo reconhecido pela sociedade brasileira. Em 2003, a CPFL Paulista foi considerada pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE), como a Melhor Distribuidora de Energia do Brasil, conquistando, também, pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio de Responsabilidade Social, concedido pela Associação. Nessa mesma avaliação, a RGE foi considerada a melhor distribuidora de energia da região sul. Também em 2003, a CPFL Geração e a CPFL Piratininga, conquistaram o Prêmio ABS, concedido pela Agência Brasil de Segurança. A CPFL Energia também foi inserida, pela segunda vez, como Empresa-Modelo, no Guia Exame da Boa Cidadania Corporativa, com ênfase para as suas práticas de Governança Corporativa e Responsabilidade Social.

Neste início de 2004, a CPFL Paulista recebeu o Prêmio IASC - Índice Anel de Satisfação do Consumidor, concedido pela agência reguladora, como a melhor distribuidora da região sudeste, na categoria de empresas com mais de 400 mil clientes. No mesmo Prêmio, as distribuidoras CPFL Piratininga - na região sudeste e a RGE, na região sul, também se colocaram entre as três melhores classificadas.

As conquistas e o reconhecimento obtidos pelo Grupo CPFL refletem as diretrizes estabelecidas para as empresas e, principalmente, a realização dos compromissos dos seus acionistas, da sua administração e dos seus colaboradores com o crescimento das empresas e com o desenvolvimento do Brasil.

Wilson Ferreira Jr.

Diretor-Presidente

Destaca-se nesse modelo o propósito de estruturar um processo competitivo para novas concessões de geração que possa produzir tarifas módicas - adotando-se o critério de menor preço - e ao mesmo tempo incentivar o investimento privado - garantindo aos investidores um contrato de longo prazo para garantir o financiamento. Destaca-se ainda o resgate da função de planejamento pelo Estado com a criação de uma nova empresa estatal e dois novos órgãos para operacionalização do setor:

- Empresa de Pesquisas Energéticas - EPE, encarregada de fazer estudos do planejamento da expansão da geração e da transmissão de energia;
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para viabilizar a comercialização de energia, tanto no Ambiente de Contratação Regulada, como no Ambiente de Contratação Livre;
- Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, encarregado do monitoramento permanente da segurança de suprimento.

O novo modelo, além da criação das novas instituições citadas, também redefine as atribuições e governança dos diversos agentes institucionais existentes, restituindo ao Ministério das Minas e Energia - MME o papel de Poder Concedente, passando a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a exercer, exclusivamente, a função reguladora, fiscalizadora e mediadora. As alterações introduzidas no modelo do setor elétrico tiveram como premissas, definidas pelo Governo Federal:

- promover a **modicidade tarifária**, que é fator essencial para o atendimento da função social da energia e que concorre para a melhoria da competitividade da economia;
- garantir a **segurança do suprimento** de energia elétrica, condição básica para o desenvolvimento econômico sustentável;
- assegurar a **estabilidade do marco regulatório**, com vistas à atratividade dos investimentos na expansão do sistema; e
- promover a **inserção social** por meio do setor elétrico, em particular dos programas de universalização de atendimento.

Esse conjunto de premissas sintetiza objetivos que, como regra geral, são comuns tanto para o governo como para os demais agentes do setor.

Independente do fato de ainda existirem vários pontos pendentes de regulamentação, a simples existência desse arcabouço regulatório e de suas premissas sinaliza um período de maior estabilidade de regras, de forma a propiciar um ambiente mais atrativo para investimentos.

Nesse sentido, a CPFL Energia tem expectativa positiva dos efeitos desse novo modelo, dado o estágio avançado de suas obras de geração, à posição de destaque em produtividade e qualidade de serviço das suas empresas distribuidoras, e à competitividade de sua empresa comercializadora de energia.

5. ANÁLISE DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Informações Consolidadas - Em R\$ Mil	2003	2002	Var. %
Receita Operacional	8.081.706	4.303.844	87,78
Deduções da Receita Operacional	(2.024.637)	(998.514)	102,77
Receita Operacional Líquida	6.057.069	3.305.330	83,25
Custo com Energia Elétrica	(3.465.714)	(1.809.875)	91,49
Custo de Operação	(969.801)	(599.593)	61,74
Lucro Operacional Bruto	1.621.554	895.862	81,00
Despesas Operacionais	(812.582)	(519.238)	56,50
Resultado do Serviço	808.972	376.624	114,80
Resultado Financeiro	(1.007.337)	(1.165.235)	(13,55)
Prejuízo Operacional	(198.365)	(788.611)	(74,85)
Resultado não Operacional	43.852	6.272	599,17
Prejuízo antes dos Tributos	(154.513)	(782.339)	(80,25)
Contribuição Social	(21.386)	26.818	(179,74)
Imposto de Renda	(87.623)	63.156	(238,74)
Prejuízo antes do Item Extraordinário e Participação de Acionistas não Controladores	(263.522)	(692.365)	(61,94)
Item Extraordinário Líq. dos Efeitos Tributários	(33.655)	(20.537)	63,87
Participação de Acionistas não Controladores	(874)	16.839	(105,19)
Prejuízo antes da Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	(298.051)	(696.063)	(57,18)
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	659	-	100,00
Prejuízo do Exercício	(297.392)	(696.063)	(57,28)

Efeitos da Reorganização Societária

Em 2003, a receita operacional líquida consolidada da CPFL Energia foi de R\$ 6,057 bilhões, contra R\$ 3,305 bilhões em 2002. Esse crescimento da receita da holding decorreu principalmente do efeito da reorganização societária, ocorrido em agosto de 2002, quando houve o aumento das participações no capital social das controladas CPFL Paulista de (22,15% para 94,94%) e CPFL Geração (de 5,90% para 95,62%), com efeito retroativo a junho de 2002.

Análise Financeira

A CPFL Energia, como holding de controle, não produz nem comercializa bens ou serviços capazes de gerar um fluxo de caixa próprio.

A redução do resultado líquido negativo consolidado em 2003, no valor de R\$ 398.671 mil ou 57,28%, decorre principalmente: (a) da redução do nível de endividamento aliada a redução dos indexadores que corrigiram os passivos da CPFL Energia e de suas controladas, gerando melhora no resultado financeiro líquido e, (b) do resultado operacional positivo da CPFL Brasil.

Composição do Resultado Consolidado

	2003	2002
Controladora (sem equivalência)	(312.075)	(351.842)
CPFL Paulista	(38.715)	(289.454)
CPFL Geração	2.6	



CPFL ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 02.429.144/0001-93
Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2003

7. ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2003, a dívida da CPFL Energia era de R\$ 859.705 mil, sendo que, desse total, R\$ 137.715 mil referem-se a encargos vencíveis no curto prazo das 90.000 debêntures relacionadas à 1ª série da 2ª emissão, colocadas pela sociedade em 1º de abril de 2003, e representando uma redução de R\$ 1.569.905 mil na dívida de 31 de dezembro de 2002 (curto prazo).

Ao final de 2003, a posição de curto prazo representava 16% do total da dívida - enquanto em 2002 o curto prazo representou 100% da dívida total.

A redução da dívida líquida, da ordem de R\$ 929.091 mil, ou 54,4%, passando de R\$ 1.707.458 mil (2002) para R\$ 778.367 mil (2003), deveu-se ao aporte de capital realizado em abril de 2003, com o objetivo da liquidação das Notas Promissórias.

8. INVESTIMENTOS

Em 2003, a CPFL Energia aumentou em 76% os investimentos nas controladas, sendo investidos R\$ 564 milhões nas atividades de geração e distribuição.

Nas distribuidoras de energia, CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE, os investimentos de R\$ 233 milhões foram direcionados principalmente para o atendimento a novos clientes, manutenção do sistema elétrico, além de investimentos menores em demandas regulatórias e modernização do sistema de distribuição.

Nas empresas de geração de energia, os investimentos consolidados montaram R\$ 331 milhões em 2003 (13% maior do que em 2002) e destinaram-se a continuidade da construção dos novos empreendimentos hidrelétricos, Barra Grande, CERAN e Campos Novos, e obras de repotencialização e modernização de PCH's.

9. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

9.1. Tecnologia de Informação

Em 2003, a Tecnologia da Informação buscou a integração dos sistemas, sinergia e melhoria de processos, além da redução dos custos operacionais, obtida por meio de ajustes e unificação de sistemas, possibilitando a renegociação de alguns contratos e economia da ordem de R\$5,2 milhões, em operação e investimentos tecnológicos.

9.2. Infra-Estrutura Administrativa

Os principais destaques foram as obras civis, construções de novos prédios e reformas, que permitiram otimização das condições de trabalho e melhora de produtividade das equipes operacionais.

Adicionalmente, a gestão da frota possibilitou a renovação e a disponibilização de veículos e equipamentos de transporte à alienação, o que resultou em redução nos custos de manutenção da frota por veículo de R\$ 384,31/mês, em 2002, para R\$ 368,07/mês em 2003.

10. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Com a convicção de que existe uma relação direta entre clima organizacional e resultados do negócio, a CPFL Energia coloca a gestão de pessoas como uma de suas principais prioridades e empreende iniciativas em sintonia com as melhores práticas de mercado, sustentadas pelos valores corporativos. O objetivo é que a CPFL Energia e suas empresas controladas sejam cada vez mais reconhecidas como excelentes lugares para se trabalhar.

Para corresponder aos desafios relacionados à necessidade de aumento da eficiência operacional, de produtividade e dos níveis de qualidade dos serviços, o Grupo CPFL investiu na capacitação e aprimoramento profissional dos seus colaboradores, por meio de cursos técnicos, seminários, workshops e atividades de especialização. Ao todo foram 455.756 horas de treinamento e 22.970 participações, o que representou uma média 109,38 hht (homem-hora treinamento).

O autodesenvolvimento tem sido destaque na CPFL Energia, como relevante alternativa de capacitação profissional, em que se destacam quatro iniciativas:

- Usina do Conhecimento: com base no conceito de e-learning foram disponibilizados, em 2003, 15 cursos a todos os colaboradores.
- Biblioteca: continuidade à renovação do acervo e atendimento às regiões descentralizadas, por meio de sistema on-line.
- Requalificação Profissional: compromisso da CPFL Paulista, CPFL Geração, CPFL Centrais Elétricas e da CPFL Brasil de alocar 1% da folha de pagamento para o desenvolvimento de recursos humanos.
- Convênios: com principais instituições de ensino médio, superior e pós-graduação nas áreas de concessão, para proporcionar descontos nas mensalidades dos colaboradores e seus dependentes.

Ressalta-se ainda, no campo do desenvolvimento profissional, o programa "Corrente Contínua". Com o conceito de educação continuada, foi concebido para capacitar os líderes nas competências essenciais de gestão de pessoas, com a oferta de 25 módulos em 2003.

A CPFL Energia consolidou, em 2003, o programa "Valor Pessoal", sistema de avaliação de desempenho em 360°, que se tornou uma ferramenta de gestão essencial para o fortalecimento das competências técnicas, administrativas e gerenciais, na busca permanente da excelência operacional e da qualidade dos serviços.

A revitalização do quadro de pessoal, assim como em 2002, continuou ocorrendo em 2003, com uma taxa de "turn over" de 4,43%. No exercício, o tempo médio de empresa era de 12 anos e a idade média do quadro de pessoal era de 38 anos. No final de 2003, a empresa somava 4.075 colaboradores.

Continuamente atenta à qualidade de vida e bem-estar dos colaboradores, a CPFL Energia vem investindo em ações de promoção à saúde, tais como: Exames Médicos Periódicos, Fitness Center, Oficinas de Esporte, Campanhas de Prevenção de Doenças e Vacinação, além da Ginástica Laboral. Os resultados foram significativos no Quadro de Saúde, em especial na redução do sedentarismo e tabagismo.

Prioridade número um da CPFL Energia no campo da gestão de pessoas, a prevenção de acidentes foi tema de diversas realizações em 2003. Destaca-se o Programa Segurança ao Seu Lado (segurança em serviços durante a época das chuvas, Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, trabalhos em Altura com Ênfase na Utilização de Escadas, assuntos voltados para o serviço de campo e para a ergonomia nas condições de trabalho em escritórios). Houve, ainda, a criação do curso "A Arte de Dirigir Defensivamente" (disponível para todos os colaboradores na Intranet), a criação de 23 brigadas de emergência, a realização de 22 SIPATS (Semanas Internas de Prevenção de Acidentes) e mais de 154 mil horas de treinamentos voltados à segurança no trabalho.

Foi também realizada ampla avaliação dos riscos associados ao trabalho (Gestão de Riscos Ocupacionais e Controle de Perdas, disponível na Intranet), em que todas as medidas preventivas e corretivas necessárias foram implementadas, assim como foram desenvolvidos vários trabalhos a partir dessa avaliação, tais como: Projeto "Vôo Seguro" direcionado aos alunos de escolas de primeiro grau; Padronização de sinalizações nas subestações; Padronização do sistema de armazenamento de postes e Desenvolvimento e aprimoramento de ferramentas e EPIs.

Inspirada no conceito do "tripartismo", foi celebrada em outubro de 2003 a Convenção Coletiva de Segurança e Saúde no Trabalho do Setor Elétrico no Estado de São Paulo. Além do Grupo CPFL, outras cinco empresas de São Paulo foram signatárias do documento, que prevê melhorias associadas à segurança e à saúde dos trabalhadores do setor elétrico.

Em 2003, o grupo CPFL recebeu a Certificação SA 8000, considerada uma espécie de "selo de qualidade social" no compromisso com melhores condições de trabalho. A SA 8000 é uma norma internacional, baseada nos princípios de onze Convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Estreitar as relações com os Sindicatos, desenvolver Responsabilidade Social Corporativa junto à cadeia de fornecedores e o Projeto Aprender foram algumas iniciativas implementadas, que contribuíram decisivamente para a Certificação.

No campo das relações de trabalho, foi concretizado um Acordo Coletivo para o período 2003-2005, que exigiu muita dedicação e habilidades para lidar com conflitos e garantir um clima favorável ao diálogo e ao entendimento nos relacionamentos com os nove Sindicatos (CUT e CGT) que atuam nas áreas de concessão. Durante todas as negociações, esteve em pauta a transparência, o respeito, a ética e o equilíbrio entre a reivindicação das entidades, as possibilidades da empresa e o bem-estar dos colaboradores.

O reconhecimento dos colaboradores acontece pelo segundo ano consecutivo: com índice geral de favorabilidade de 82%, a CPFL Paulista integrou o Guia das 100 Melhores Empresas para Trabalhar, editado pela Revista Exame, em parceria com o Great Place to Work® Institute.

11. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2003, a CPFL Energia evoluiu na implementação de boas práticas de governança corporativa. O trabalho, iniciado no quarto trimestre de 2002, permitiu realizações e avanços efetivos e terá continuidade em 2004.

Entre as realizações, destacam-se:

- Alinhamento do Estatuto Social da CPFL Energia às disposições do Novo Mercado da Bovespa;
- Alinhamento do Estatuto Social das Controladas diretas ao Estatuto Social da CPFL Energia;
- Início da verificação, e se necessário adequação dos processos internos de gestão aos requerimentos da legislação americana conhecida como "Sarbanes-Oxley Act";
- Aprovação, pelo Conselho de Administração, do Regimento Interno do Conselho e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho, que estão instalados e se reportam diretamente ao Conselho. Os Comitês existentes são o Executivo, de Remuneração, de Auditoria, de Serviços Financeiros, de Obras, de Compra e Venda de Insumos, e as suas funções básicas são:
 - Ao Comitê Executivo compete analisar e validar planos estratégicos e operacionais, e proceder a estudos, análises e propostas relativos a planos estratégicos, ou a quaisquer aspectos a ele relacionados.
 - Ao Comitê de Remuneração compete, entre outras atividades, o processo de escolha do Diretor Presidente da Companhia, o processo de avaliação de toda a Diretoria e a proposição do nível de remuneração dos principais executivos da Companhia.
 - Ao Comitê de Auditoria compete, entre outras atividades, indicar os Auditores Independentes e apresentar parecer sobre a aprovação das contas dos administradores.
 - Ao Comitê de Serviços Financeiros compete examinar questões relevantes e que necessitem de estudo e/ou detalhamento adicional do seu impacto, bem como a avaliação do processo de seleção de fornecedores de serviços financeiros para contratos relevantes.
 - Ao Comitê de Obras compete avaliar o processo de seleção de fornecedores de serviços de construção e montagem em obras, bem como proceder a todas as demais análises, estudos e propostas a ele requeridas pelo Conselho, relativas a obras ou a aspectos relacionados.

- Ao Comitê de Compra e Venda de Insumos compete avaliar o processo de seleção de fornecedores para contratos que envolvam parte relacionada, bem como proceder a todas as demais análises, estudos e propostas a ele requerida pelo Conselho, relativas a Compra e Venda de Insumos ou aspectos a ele relacionados.

O objetivo dos Comitês é adicionar valor à diligência e eficácia do Conselho para o cumprimento dos seus objetivos de fixar a orientação geral dos negócios e decidir sobre questões estratégicas da Companhia.

• Aprovação, pelo Conselho de Administração, das Diretrizes de Governança Corporativa da companhia, com a publicação de um livreto que sintetiza os princípios de Governança Corporativa da Companhia;

• Publicação do Relatório Anual de Administração segundo o modelo internacional proposto pelo GRI-Global Reporting Initiative, que objetiva desenvolver e disseminar a atenção integrada às dimensões econômica, social e ambiental nas atividades, produtos e serviços. Com essas ações, e com as demais que estarão sendo implementadas ao longo de 2004, a CPFL Energia busca cumprir o firme propósito de atuar segundo os melhores preceitos de Governança Corporativa.

12. GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A visão de que cada profissional e cada equipe é responsável pelo desenvolvimento sustentável dos negócios vem se tornando realidade palpável nas diversas atividades das empresas CPFL Energia.

Há quatro anos iniciou-se a introdução dessa visão de sustentabilidade e responsabilidade corporativa no sistema de planejamento e gestão das empresas CPFL Energia. Dia após dia tal visão, vem sendo incorporada pelas equipes de trabalho em todos os níveis.

Trata-se de uma idéia que detém uma abrangência notável, por envolver a forma de pensar, planejar, decidir e executar as ações das empresas, à luz da capacidade de cada um e de cada área de contribuir para a sustentabilidade das mesmas, baseada em dois pressupostos básicos: excelência e qualidade.

São três os pontos de partida para que a responsabilidade corporativa permeie toda a atividade: o campo da governança corporativa; o campo da qualidade das decisões, dos processos internos de trabalho e das suas conseqüentes ações; e a gestão dos relacionamentos com os clientes, com as comunidades, com os governos e a sociedade.

A implementação de práticas avançadas de governança corporativa, em curso em 2003, aconteceu com a preocupação de aprofundar e ampliar a transparência dos processos de decisão e de comando da CPFL.

Ao mesmo tempo, com a consciência de que manter o desenvolvimento sustentável das empresas requer práticas eficientes em todas as esferas das atividades, foi consolidado nas empresas o Sistema de Gestão Integrado, com a certificação dos principais processos negociais, nas áreas de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho e Responsabilidade Social. Isso contribuiu para consolidar a diretriz empresarial de que qualquer decisão e ação sempre devem levar em conta todos os impactos que possam provocar nos públicos de interesse das empresas: acionistas, colaboradores, comunidades, sociedade e meio ambiente.

O Sistema de Gestão Integrado - SGI, que visa difundir a cultura da excelência e da qualidade nos processos de trabalho, assim como prevenir, gerenciar e mitigar os riscos inerentes às atividades. Para tanto foram estabelecidas as Políticas e Compromissos Empresariais desdobradas de sua Visão, Missão e Valores:

Visão

"Ser reconhecida como referência empresarial no setor energético pela qualidade de seus produtos e serviços, pela competência de seus profissionais e pelos valores que pratica".

Missão

"Atuar competitivamente no mercado energético nacional, promovendo a permanente satisfação de clientes, acionistas, colaboradores e parceiros, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade".

Valores

- Presteza e cortesia com os clientes
- Tratamento digno e respeito com todas as pessoas
- Segurança e qualidade de vida no trabalho
- Busca permanente da excelência e do crescimento empresarial
- Comportamento ético e transparente
- Orgulho profissional
- Responsabilidade social e respeito ao meio ambiente

Política da Qualidade

"Promover a permanente satisfação de nossos clientes, acionistas, colaboradores e parceiros através da melhoria contínua da qualidade de nossos produtos e serviços".

Política Ambiental

"Prover à sociedade serviços na área energética com total respeito ao meio ambiente, cumprindo a legislação ambiental, prevenindo a poluição e promovendo a melhoria contínua do desempenho ambiental em nossas atividades".

Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida

"Buscar continuamente o bem-estar dos colaboradores, provendo ambientes saudáveis e condições seguras de trabalho de acordo com a legislação de segurança e medicina do trabalho vigente, identificando, prevenindo, controlando e mitigando riscos que possam conduzir a incidentes e acidentes, materiais e pessoais, buscando a melhoria contínua de todos os processos de trabalho e promovendo a qualidade de vida."

Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

"Considerar permanentemente a responsabilidade e a sustentabilidade social no processo de gestão dos negócios da CPFL Energia, através do gerenciamento dos impactos das ações da empresa nos campos econômicos, social e ambiental, em sintonia com os legítimos interesses da sociedade e com a legislação pertinente."

Compromissos da CPFL Energia

1. Considerar, nos processos de planejamento e decisão, as variáveis de qualidade, meio ambiente, segurança e saúde ocupacional e de responsabilidade social, em todas as atividades da Empresa, providenciando os recursos necessários para a implantação de planos empresariais que previnam, mitiguem, minimizem ou restaurem os impactos causados por suas atividades, disseminando esta cultura por toda a organização.
2. Apoiar projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, que conduzam ao progresso tecnológico e contribuam para a minimização dos impactos causados pela operacionalização e implantação dos empreendimentos da empresa.
3. Promover e estimular iniciativas de conservação de energia, por meio de sistemas de produção e distribuição mais eficientes, buscando o uso racional dos recursos naturais, num contexto de uma estratégia empresarial voltada ao desenvolvimento sustentável.
4. Promover ações, em sua área de influência, que contribuam para definir estratégias de conservação da natureza e de valorização humana e cultural, com respeito pelo princípio da unidade do ambiente, expresso na diversidade e integridade da sociedade e dos ecossistemas naturais.
5. Garantir que os procedimentos técnicos e administrativos, bem como a estrutura organizacional, atendam aos quesitos estabelecidos nas normas ISO 9001 e 14001, OHSAS 18001 e SA 8000 e sejam aplicados, incorporando estes aos empreendimentos em que a empresa tenha controle majoritário e influenciando sua aplicação nos que detém participação minoritária, objetivando a melhoria contínua e padrões de excelência em suas atividades e resultados.
6. Assegurar o cumprimento da legislação vigente, tais como leis, decretos, regulamentos, (Convenções da OIT, Declaração Universal dos Direitos Humanos e Convenções das Nações Unidas), relacionada ao meio ambiente, à segurança e saúde ocupacional e à responsabilidade social, internalizando os princípios da ética empresarial no desenvolvimento de suas atividades.
7. Manter canal de comunicação aberto com nossos clientes, colaboradores, órgãos governamentais ou não, comunidades vizinhas e mídia, prestando informações relativas às questões de meio ambiente, segurança e saúde ocupacional e responsabilidade social, decorrentes das atividades desenvolvidas pela empresa.
8. Assegurar procedimentos adequados desde o desenvolvimento do projeto, aquisição, acondicionamento, manuseio e descarte de produtos perigosos, insalubres e/ou contaminantes, bem como prevenir a poluição e estimular a prática de reciclagem e reaproveitamento de materiais.

12.1. Responsabilidade Social

A preocupação em desenvolver, junto à comunidade, programas culturais, sociais e de saúde, de caráter transformador, reflete a contribuição que as empresas podem proporcionar aos públicos externos, em suas áreas de abrangência.

São representativas dessas premissas as seguintes realizações de 2003:

- A atuação do Programa de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa, que abrange desde a gestão - com a incorporação de práticas avançadas de Governança Corporativa - até os relacionamentos com o público interno, os fornecedores e as comunidades, assim como os cuidados com o meio ambiente.
- A realização de reuniões periódicas do Comitê de Gestão de Ética e de Responsabilidade Corporativa.
- A continuidade do processo de reflexão interna sobre Ética Empresarial, baseado no Código de Ética e de Conduta. Em prosseguimento ao programa implantado no ano anterior, em 2003 foram realizados 12 Seminários de Reflexão sobre Ética, com a participação efetiva de 1.224 colaboradores diretos e de empresas prestadoras de serviços. Nesses seminários foram realizadas leituras dirigidas do Código de Ética, por grupos estruturados com o objetivo de apresentar sugestões para a primeira revisão do Código, implantado em janeiro de 2001. A nova versão do Código de Ética será implantada no decorrer de 2004.
- O Programa CPFL de Valorização da Diversidade, lançado no final de 2003, com o objetivo de promover a gradativa inclusão desse tema na cultura das pessoas e nos processos decisórios internos. Sua atuação abrange desde a adequação dos procedimentos de captação, recrutamento, seleção e contratação de profissionais, até a realização de um censo de recursos humanos, no primeiro trimestre de 2004, abrangendo colaboradores diretos e de empresas prestadoras de serviços. O objetivo, é construir, com a efetiva participação do público interno, uma cultura voltada à promoção e à valorização da diversidade, apoiada em atitudes afirmativas, que conduzam para um novo paradigma, mais representativo da realidade brasileira e socialmente mais transformador.
- O estabelecimento de compromissos de longo prazo com fornecedores:
 - a) com a inclusão nos contratos de cláusulas relativas a: proibição do trabalho infantil; preservação do meio ambiente; saúde e segurança do trabalho; realização de auditorias de qualidade e de responsabilidade social;
 - b) a aplicação de pesquisa de estágio de evolução em Responsabilidade Social Empresarial, por meio do questionário do Instituto Ethos de Responsabilidade Empresarial e Social.

- O estreitamento do relacionamento com as comunidades, por meio de programas de saúde, arte, cultura e educação, que envolvam também os funcionários. Entre várias atividades, deve-se mencionar:

a) A abertura de um espaço, localizado na sede da empresa, em Campinas, denominado Espaço Cultural CPFL, para a realização, com a utilização de incentivos fiscais previstos na Lei de Incentivo à Cultura, do Programa "Balanço do Século XX - Paradigmas do Século XXI", aberto aos públicos interno e externo e destinado a facilitar a apreensão de visão integrada dos diversos campos do conhecimento neste início de século e desenvolver percepção sobre os paradigmas que deverão orientar o desenvolvimento no Século XXI.

O programa reuniu grandes nomes da cultura do país em 10 módulos sobre: As Artes no Século XX; os Melhores Filmes de Todos os Tempos; os Clássicos Populares: música erudita moderna e contemporânea; Música Mestiça das Américas: raízes, convergências e fusões; Um Balanço das Ciências no Século XX; Fundadores do Pensamento no Século XX; Intérpretes do Brasil no Século XX; Grandes Personagens da Literatura Brasileira; Os Mitos Literários do Ocidente e a Modernidade; Café Filosófico: Encontros, Perdas e Reencontros - vida cotidiana e comportamento no século XXI. Mais de 18 mil pessoas participaram dos módulos, durante os três meses de realização. A importância dessa contribuição para a cultura brasileira pode ser medida pelo interesse despertado em veículos de comunicação. A TV Cultura de São Paulo, mantida pela Fundação Padre Anchieta, realizou a captação de imagens de todos os módulos, os quais, transformados em programas culturais de altíssimo nível, vêm sendo retransmitidos para todo o país. Na mesma direção, os canais locais de Campinas e Ribeirão Preto também vêm retransmitindo os mesmos programas.

b) Destaca-se, ainda, o Programa de Apoio às atividades hospitalares das Santas Casas de Misericórdia, que se encontra em etapa de análise, para o estabelecimento de parceria com o Unicef. O projeto, concebido e delineado em 2003, deverá ser implantado no decorrer de 2004.

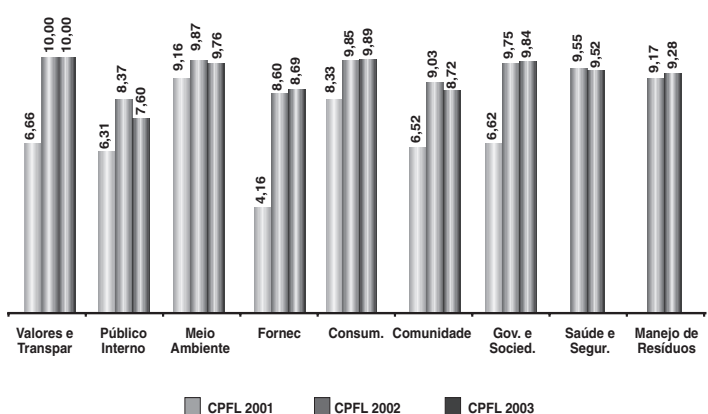
c) Deve-se mencionar, também, o Projeto "Arte e Cultura como Instrumentos de Inclusão Social", que levou à exposição "Anos 20 - Modernidade Emergente", realizada em parceria com a EPTV e composta por obras de renomados artistas plásticos brasileiros, para as cidades de Campinas e Ribeirão Preto (em São Paulo), atraindo 8.450 visitantes, notadamente estudantes da rede pública de ensino, para visitas monitoradas e orientadas.

- A publicação do Relatório Anual, em 2003, sobre o Exercício 2002 e, em breve, sobre o Exercício 2003, de acordo com o modelo internacional da GRI - Global Reporting Initiative. Somente três companhias brasileiras, incluindo a CPFL, utilizam esse modelo de Relatório.

- Nos cuidados com o meio ambiente, destacam-se: o Licenciamento Ambiental para todos os empreendimentos; o Programa de Disposição e Tratamento de Resíduos; o Programa de Educação Ambiental: Compromisso com as Gerações Futuras; o Programa de Arborização Urbana; e o Programa de Repovoamento de Rios e Represas (leia mais detalhes no capítulo sobre Meio Ambiente).

Entre os mais significativos resultados dessas atividades, a CPFL Energia orgulha-se de registrar o desempenho obtido nos Indicadores de Responsabilidade Social Ethos - ABRADEE, que conferiram à CPFL Paulista o Prêmio de Responsabilidade Social da ABRADEE - Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica, pelo segundo ano consecutivo (2002 e 2003); e a sua inclusão como Empresa Modelo, também pelo segundo ano, no Guia Exame da Boa Cidadania Corporativa.

A melhoria dos indicadores de Responsabilidade Social Indicadores Ethos/Abraede Evolução 2001/2003



12.2. Meio Ambiente

Com sua estrutura organizacional, a CPFL Energia atende a todas as questões ambientais, que englobam a CPFL Geração - à qual estão vinculados os empreendimentos de geração de energia hidrelétrica em construção no Sul do país, além das 19 PCH's (Pequenas Centrais Hidroelétricas) e a Térmica de Carioba, bem como a CPFL Paulista e CPFL Piratininga, responsáveis por grande parte da Distribuição da energia elétrica no estado de São Paulo.

As atividades ambientais relativas aos ativos existentes seguem os preceitos da Norma ISO 14001 e da Política Ambiental do Grupo, sendo desempenhadas diretamente pelos técnicos da área de meio ambiente e/ou por empresas de consultoria de reconhecida capacitação técnica. Quanto aos Novos Empreendimentos, que possuem gerências próprias para tratar das questões ambientais específicas de cada um deles, cabe à CPFL Energia exercer uma gestão, alicerçada em sua Política e nos Compromissos Ambientais, procurando fazer com que ambos sejam incorporados pelos demais sócios do empreendimento. As decisões são tomadas em âmbito de Comitês de Meio Ambiente, integrados pelos representantes de cada sócio e o Gerente de Meio Ambiente do empreendimento.

• Os Programas Ambientais da CPFL Energia

Os programas ambientais desenvolvidos no âmbito da CPFL ENERGIA estão apresentados nos respectivos Relatórios da Administração de suas empresas controladas.

13. RECONHECIMENTO E PREMIAÇÕES

Ao participar de rigorosos processos de avaliação, as empresas CPFL Energia buscam uma comparação com as melhores práticas de gestão integrada, nas diversas áreas de atuação.

Os expressivos resultados alcançados representam o reconhecimento às diretrizes de excelência empresarial, que determinam a atuação integrada. A seguir, outras manifestações de reconhecimento e prêmios conquistados pela CPFL Energia, em 2003:

Prêmios concedidos pela Aberje - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial:

- Prêmio Aberje São Paulo 2003: Empresa do Ano em Comunicação Empresarial
- Prêmios Aberje São Paulo e Brasil 2003, na categoria Campanha de Comunicação Externa, para o trabalho "Campanha de Lançamento da holding CPFL Energia"
- Prêmio Aberje São Paulo 2003, na categoria "Personalidade do Ano em Comunicação Empresarial"
- Prêmio Aberje São Paulo 2003, na categoria Jomal interno, para o "CPFL & Você"
- Prêmio Aberje São Paulo 2003, na categoria Campanha de Comunicação Externa, para a Campanha de Lançamento da holding CPFL Energia
- Prêmio Aberje São Paulo 2003, na categoria Responsabilidade Histórica e Memória Empresarial, para o Programa Comemorativo dos 90 anos da CPFL Paulista

Os reconhecimentos e premiações conquistados pelas empresas controladas estão apresentados nos respectivos Relatórios da Administração.

ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 381/2003

Informações sobre a prestação de outros serviços que não sejam de auditoria externa, pelo auditor independente.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Energia S.A. em 2003 para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade. Esta empresa de auditoria não prestou serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários referentes a estes serviços, no exercício de 2003.

Para evitar a existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, a CPFL Energia S.A. pauta-se no Código de Ética e de Conduta Empresarial firmado pelo Grupo CPFL, através dos quais desenvolve seus instrumentos de gestão empresarial.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

- **Razão Social:** CPFL ENERGIA S.A.
- **Tipo de Empresa:** Capital Aberto
- **Natureza do Controle Acionário:** Privado Nacional
- **CNPJ/MF:** 02.429.144/0001-93
- **Endereço:** Rua Ramos Batista, nº 444, 13º andar - Vila Olímpia - São Paulo - SP
- **Diretor de Relações com Investidores:** Nilo Marcos Mingroni Cecco
- **Banco Depositário (Responsável pelo sistema de ações escriturais):** Banco Bradesco S.A.
- **Serviços aos Acionistas (Departamento de Ações e Custódia do Banco Bradesco S.A.):** Fone(s): (55 11) 3684-9441/3684-4522
- **Auditoria Independente:** Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

AGRADECIMENTOS

Os resultados obtidos pelas empresas CPFL Energia somente foram possíveis graças ao apoio incondicional e à confiança dos Senhores Acionistas que, nos momentos decisivos, no decorrer de 2003, demonstraram de forma efetiva o compromisso com a sustentabilidade das empresas e com o crescimento do Brasil.

A CPFL Energia, também agradece aos seus colaboradores, aos seus fornecedores e parceiros, aos seus clientes e às autoridades governamentais brasileiras, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como às comunidades em que atua e à sociedade brasileira, reafirmando o seu compromisso de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
CIRCULANTE				
Disponibilidades	81.338	162	374.612	176.659
Consumidores, Concessionárias e Permissonárias (nota 5)	–	–	1.478.760	1.628.965
Coligadas, Controladas e Controladora (nota 6)	53.262	3.880	–	117
Devedores Diversos (nota 7)	–	–	75.300	292.903
Títulos e Valores Mobiliários (nota 8)	12.120	–	12.120	87.019
Tributos a Compensar (nota 9)	17.779	13.449	222.161	226.847
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	–	–	(40.581)	(32.834)
Estoques	–	–	7.930	8.451
Diferimento de Custos Tarifários (nota 10)	–	–	96.500	302.659
Despesas Pagas Antecipadamente	–	–	3.065	12.869
Outros (nota 13)	–	–	139.600	87.953
	164.499	20.556	2.375.678	2.791.608
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Consumidores, Concessionárias e Permissonárias	–	–	728.074	768.202
Coligadas, Controladas e Controladora (nota 6)	164.556	–	7.620	–
Devedores Diversos (nota 7)	–	–	148.225	217.064
Depósitos Judiciais	–	–	97.162	67.405
Títulos e Valores Mobiliários (nota 8)	–	–	850	850
Tributos a Compensar (nota 9)	–	–	24.041	11.404
Créditos Fiscais Diferidos (nota 12)	–	–	374.177	202.924
Adiantamento para Futuro	–	–	–	–
Aumento de Capital (nota 11)	350.000	222.164	–	–
Diferimento de Custos Tarifários (nota 10)	–	–	906.384	416.933
Despesas Pagas Antecipadamente	–	–	4.473	6.290
Outros (nota 13)	–	–	95.376	89.290
	514.556	222.164	2.386.382	1.780.362
PERMANENTE				
Investimentos				
Bens de Renda (nota 14.1)	–	–	812.940	829.679
Participações Societárias	–	–	–	–
Permanentes (nota 14.2)	3.582.161	3.620.740	–	–
Ágio ou Deságio (nota 14.3)	(12.342)	(10.462)	1.185.244	1.359.663
Outros	–	–	30.495	34.758
	3.569.819	3.610.278	2.028.679	2.240.100
Imobilizado (nota 15)				
Obrigações Especiais	–	–	–	–
Vinculadas à Concessão (nota 15)	–	–	(543.543)	(495.061)
Diferido (nota 16)	8.942	–	2.164.046	2.507.088
	3.578.761	3.610.278	7.288.385	7.789.891
TOTAL DO ATIVO	4.257.816	3.852.998	12.050.445	12.361.861
As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras				

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 17)	405	71	660.989	865.220
Folha de Pagamento	–	–	3.110	3.470
Encargos de Dívidas (nota 18)	–	–	90.560	79.984
Encargos de Debêntures (nota 18)	137.715	–	223.525	73.397
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	–	–	937.834	794.842
Debêntures (nota 18)	–	–	769.786	93.655
Entidade de Previdência Privada (nota 19)	–	–	51.112	49.311
Taxas Regulamentares (nota 20)	–	–	35.517	85.225
Tributos e Contribuições Sociais (nota 21)	312	11	398.920	218.292
Participações nos Lucros e Resultados	–	–	7.949	9.014
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	–	–	8.444	34.127
Coligadas, Controladas e Controladora (nota 22)	–	–	–	–
Obrigações Estimadas	4	–	23.073	22.901
Provisão para Contingências (nota 23)	–	–	449	99.938
Diferimento de Ganhos Tarifários (nota 10)	–	–	5.064	910
Outros (nota 24)	3	–	99.956	98.835
	138.439	1.708.219	2.512.970	4.839.211
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Fornecedores (nota 15)	–	–	187.797	228.559
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	–	–	2.152.452	2.275.878
Debêntures (nota 18)	721.990	–	2.215.383	1.502.927
Entidade de Previdência Privada (nota 19)	–	–	743.623	752.662
Tributos e Contribuições Sociais (nota 21)	–	–	183.232	–
Coligadas, Controladas e Controladora (nota 22)	–	–	–	–
Provisão para Contingências (nota 23)	–	–	254.881	70.140
Diferimento de Ganhos Tarifários (nota 10)	–	–	182.747	6.075
Outros	–	–	21.097	24.815
	721.990	–	5.941.212	5.177.021
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	–	–	192.013	193.932
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social (nota 25)	4.940.998	3.390.998	4.940.998	3.390.998
Prejuízos Acumulados	(1.543.611)	(1.246.219)	(1.543.611)	(1.246.219)
	3.397.387	2.144.779	3.397.387	2.144.779
Recursos Destinados a Aumento de Capital	–	–	6.863	6.918
TOTAL DO PASSIVO	4.257.816	3.852.998	12.050.445	12.361.861

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
RECEITA OPERACIONAL (nota 26)				
Fornecimento de Energia Elétrica	–	–	7.649.184	3.973.384
Suprimento de Energia Elétrica	–	–	275.247	280.767
Outras Receitas Operacionais	–	–	157.275	49.693
	–	–	8.081.706	4.303.844
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
ICMS	–	–	(1.383.737)	(703.864)
PIS	–	–	(61.043)	(26.682)
COFINS	–	–	(263.388)	(128.121)
ISS	–	–	(856)	(34)
Reserva Global de Reversão	–	–	(47.288)	(34.499)
Outras	–	–	(268.325)	(105.314)
	–	–	(2.024.637)	(998.514)
	–	–	6.057.069	3.305.330
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Custo com Energia Elétrica				
Energia Elétrica Comprada para Revenda (nota 27)	–	–	(3.020.175)	(1.594.987)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (nota 27)	–	–	(445.539)	(214.888)
	–	–	(3.465.714)	(1.809.875)
Custo de Operação				
Pessoal	–	–	(169.147)	(106.317)
Entidade de Previdência Privada	–	–	(84.046)	(90.749)
Material	–	–	(22.379)	(12.777)
Serviços de Terceiros	–	–	(83.997)	(63.033)
Depreciação e Amortização	–	–	(256.236)	(142.028)
Cota Consumo Combustível - CCC	–	–	(339.232)	(182.746)
Outros Custos de Operação	–	–	(9.762)	(1.132)
	–	–	(964.799)	(598.782)
	–	–	(5.002)	(811)
	–	–	1.621.554	895.862
Custo do Serviço Prestado a Terceiros				
LUCRO OPERACIONAL BRUTO				
DESPESAS OPERACIONAIS (nota 28)				
Despesas com Vendas	–	–	(115.004)	(98.618)
Despesas Gerais e Administrativas	(18.343)	(23.578)	(312.623)	(186.242)
Outras Despesas Operacionais	–	–	(20.114)	(11.554)
Amortização de Ágio por Incorporação	–	–	(364.841)	(222.824)
	(18.343)	(23.578)	(812.582)	(519.238)
	(18.343)	(23.578)	808.972	376.624
RESULTADO DO SERVIÇO				
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS				
RESULTADO FINANCEIRO (nota 29)				
Receitas	13.317	4.276	521.078	580.398
Despesas	(307.049)	(338.723)	(1.527.756)	(1.745.633)
Juros sobre o Capital Próprio	–	–	(659)	–
	(293.732)	(334.447)	(1.007.337)	(1.165.235)
	(297.392)	(702.246)	(198.365)	(788.611)
PREJUÍZO OPERACIONAL				
RESULTADO NÃO OPERACIONAL				
Receitas	–	6.236	53.943	13.296
Despesas	–	(53)	(10.091)	(7.024)
	–	6.183	43.852	6.272
PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS E ITEM EXTRAORDINÁRIO	(297.392)	(696.063)	(154.513)	(782.339)
Contribuição Social	–	–	(21.386)	26.818
Imposto de Renda	–	–	(87.623)	63.156
PREJUÍZO ANTES DO ITEM EXTRAORDINÁRIO E PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	(297.392)	(696.063)	(263.522)	(692.365)
Item Extraordinário Líquido dos Efeitos Tributários (nota 19)	–	–	(33.655)	(20.537)
PREJUÍZO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	(297.392)	(696.063)	(297.177)	(712.902)
Participação de Acionistas não Controladores	–	–	(874)	16.839
PREJUÍZO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	(297.392)	(696.063)	(298.051)	(696.063)
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	–	–	659	–
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(297.392)	(696.063)	(297.392)	(696.063)
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES - RS	(0,07)	(205,27)	–	–
As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras				

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
ORIGENS DE RECURSOS:				
Das Operações	–	–	1.009.178	384.562
Dos Acionistas				
Integralização de Capital	1.200.000	–	1.200.000	1.288
De Terceiros				
Financiamentos de Longo Prazo e Debêntures	900.000	–	1.413.000	980.381
Resgate de Ações Preferenciais de Controlada	–	163.632	–	–
Dividendos e Juros sobre Capital de Controladas	275.426	161.958	–	–
Realizações de Longo Prazo Transferidos para o Circulante	–	–	372.524	395.926
Transferência de Passivos Circulantes para o Exigível a Longo Prazo	–	–	100.500	–
Redução do Capital Circulante por Venda de Participação Societária Operações de Mútuo com Controladas, Coligadas e Controladora	–	–	6.933	98.843
Contribuições e Doações do Consumidor	–	–	48.440	30.059
Outros	–	–	2.264	15.038
	2.375.426	327.854	4.194.533	1.891.059
TOTAL DAS ORIGENS				
APLICAÇÕES DE RECURSOS:				
Nas Operações	312.987	359.236	–	–
Aumento do Imobilizado	–	–	564.382	320.129
Investimentos	3	22	–	–
Exigíveis de Longo Prazo Transferidos para Circulante	–	650.000	1.096.177	1.538.647
Transferência de Ativos Circulantes para o Realizável a Longo Prazo	–	–	51.483	123.899
Resgate de Debêntures	178.010	–	178.010	–
Adiantamento para Futuro	–	–	–	–
Aumento de Capital	–	222.164	–	–
Ativo Líquido não Circulante Incorporado ao Consolidado	–	–	–	10.235
Transferência do Circulante para Longo Prazo de CVA - Portaria 116	–	–	298.178	110.840
Contratos de Mútuo com Controladas e Coligadas	154.607	–	–	–
Aumento Líquido de Contas não Circulantes por Incremento na Participação em Controladas	–	–	–	826.454
Adições do Diferido	16.096	–	42.154	22.954
Outros	–	–	53.838	10.378
	661.703	1.231.422	2.834.222	2.963.520
TOTAL DAS APLICAÇÕES				
Aumento (Redução) da Insuficiência de Capital de Giro	1.713.723	(903.568)	1.910.311	(1.072.469)
DEMONSTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES				
Prejuízo do Exercício	297.392	696.063	297.392	696.063
Itens que não Afetam o Capital Circulante Líquido:				
Recomposição Tarifária Extraordinária	–	–	161.145	185.196
Depreciação e Amortização	–	–	(644.276)	(388.576)
Varição Monetária e Cambial de Longo Prazo	9.949	–	(232.050)	(861.153)
Equivalência Patrimonial	14.683	(344.221)	–	–
Baixa de Investimento por Venda	–	–	(183.422)	–
Baixa de Ativo Imobilizado	–	–	(8.923)	(13.351)
Créditos Fiscais de Longo Prazo	–	–	(5.769)	101.101
Amortização de Ágio em Controladas	(1.880)	1.213	(168.959)	(95.587)
Provisão para Contingências	–	–		



CPFL ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 02.429.144/0001-93
Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outro modo)

Durante o exercício de 2002, as participações nas controladas CPFL Paulista e CPFL Geração aumentaram de 22,15% para 94,94% e de 5,90% para 95,62%, respectivamente, em decorrência da reestruturação societária promovida pelo Grupo CPFL, que teve por objetivo reestruturar a aplicação dos recursos em investimentos de distribuição e geração de energia e atender às determinações do setor elétrico, através da qual os acionistas controladores decidiram transferir para a CPFL Energia as participações que detinham na CPFL Paulista e CPFL Geração, os resultados das controladas foram consolidados proporcionalmente à participação detida pela Sociedade na CPFL Paulista e CPFL Geração, até 30 de junho de 2002. A partir do segundo semestre de 2002, os resultados das controladas CPFL Paulista e CPFL Geração foram consolidados integralmente. Os saldos da CPFL Brasil foram integralmente consolidados em 2003.

Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade, as demonstrações financeiras da CPFL Paulista e CPFL Geração são consolidadas com as de suas controladas, integral ou proporcionalmente, de acordo com as regras definidas pela Instrução CVM nº 247/96.

Respeitadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

Adicionalmente, os seguintes procedimentos de consolidação foram adotados:

- Eliminação das participações no Patrimônio Líquido das controladas;
- Eliminação do resultado de Equivalência Patrimonial;
- Eliminação dos saldos de Ativos e Passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações entre as Empresas;
- Ajustes de critérios contábeis sobre as demonstrações das controladas, quando divergentes dos utilizados pela CPFL Energia; e
- Destaque da participação de minoritários no Patrimônio Líquido e Demonstração do Resultado do Exercício.

3 - PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Durante o período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002 foi implementado um Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica, que impôs metas de redução de consumo de energia.

Os principais efeitos contábeis, decorrentes do quadro emergencial instalado por conta do referido programa de racionamento de energia, podem ser resumidos como segue:

Perdas de Receita com o Racionamento: Correspondem às perdas de receitas determinadas com base na comparação das receitas de venda de energia efetivamente verificadas no período compreendido entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002, data do efetivo encerramento do programa de racionamento. Esse diferencial foi integralmente registrado pela CPFL Paulista e CPFL Piratininga como receita do exercício de 2001 (para o período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2001) e 2002 (para o período de 1º de janeiro a 28 de fevereiro de 2002). Este saldo vem sendo atualizado pela SELIC, acrescido de juros de 1% ao ano, sendo realizado através da aplicação de aumentos extraordinários das tarifas de venda de energia, aprovados pela ANEEL em dezembro de 2001.

O ICMS incidente sobre a recomposição tarifária extraordinária, correspondente às receitas a serem faturadas, somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica a consumidores. As controladas, CPFL Paulista e CPFL Piratininga, neste sentido, atuam como meras repassadoras do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuaram registro antecipado da referida obrigação.

Energia Livre: Conforme determinado pela Resolução ANEEL nº 249/2002, a energia produzida e disponibilizada ao mercado consumidor durante o período de racionamento pelos produtores independentes e auto-produtores de energia, denominada "Energia Livre", está sendo repassada aos geradores, pelos distribuidores, através de aumento de tarifas cobradas dos consumidores.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL retificou o montante fixado para as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga pela Resolução nº 483, de 29 de agosto de 2002, para o valor de R\$ 272.395 (anteriormente R\$ 298.016) relativo à compra de energia livre no MAE, a título de ressarcimento de energia livre aos geradores no período de racionamento. Conforme a Resolução ANEEL nº 36/2003, a atualização monetária do saldo de Energia Livre vem sendo atualizada, a partir de fevereiro de 2003, pela variação da SELIC, acrescida de juros de 1% ao ano.

Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" de Longo Prazo: Corresponde à variação dos valores financeiros dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela "A" dos contratos de concessão, ocorrida entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001 (portanto anteriormente à vigência do mecanismo da CVA), que deverá ser ressarcida às distribuidoras através de mecanismo de recomposição tarifária extraordinária. O saldo de Parcela "A" de Longo Prazo foi homologado pela ANEEL em 29 de agosto de 2002, e vem sendo remunerado pela taxa SELIC, conforme definido na Resolução ANEEL nº 90/2002.

Os valores relacionados aos efeitos acima descritos, registrados nas controladas, com suas respectivas movimentações ocorridas até 31 de dezembro de 2003, estão apresentados no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	Consolidado			
	RTE	Energia Livre Ativo	Energia Livre Passivo	Parcela "A"
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	674.080	310.562	291.980	213.580
Ingressos dos meses de janeiro e fevereiro de 2002	155.783	181	-	-
Ajustes decorrentes das homologações da ANEEL	54.667	13.378	6.035	44.748
Registro de Encargos de Serviço do Sistema	-	-	-	92.828
Atualização Monetária	149.141	-	-	55.539
Realização/pagamento	(234.880)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	798.791	324.121	298.015	406.695
Transferência - Encargo Serviço Sistema	-	-	-	(94.366)
Atualização Monetária	178.385	44.608	43.161	85.102
Realização	(216.530)	(74.767)	(44.980)	(30.113)
Ajuste homologação Resolução Normativa nº 1	-	(26.300)	(25.620)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	760.646	267.662	270.576	367.318

Os saldos a receber e a pagar relacionados à Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre estão classificados na conta "Consumidores e Concessionárias" e "Fornecedores" (vide notas 5 e 17) e os saldos relacionados à Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" de Longo Prazo estão classificados na conta "Diferimento de Custos Tarifários" (vide nota 10). Vide quadro abaixo:

	Consolidado			
	Curto Prazo	2002	2003	2002
RTE (nota 5)	221.631	267.532	539.015	531.259
Energia livre (nota 5)	78.603	87.178	189.059	236.943
	300.234	354.710	728.074	768.202

Fornecedores (nota 17)

Através da Resolução Normativa nº 1/2004, a ANEEL redefiniu o prazo estipulado anteriormente pela Resolução ANEEL nº 484/2002, para realização dos ativos regulatórios. Os valores acima mencionados deverão ser recuperados em um prazo total de 72 meses para a controlada CPFL Paulista e 51 meses para a controlada CPFL Piratininga, contados a partir de 1º de janeiro de 2002, período durante o qual vigorarão os aumentos tarifários extraordinários de 2,9% e 7,9%, de acordo com as classes dos consumidores, previstos na Lei nº 10.438/2002.

Periodicamente são preparadas projeções considerando o crescimento de mercado das controladas, levando-se em consideração expectativas de inflação, juros e aspectos regulatórios. A Administração baseia-se nesses estudos para determinação da classificação contábil dos saldos entre o curto e longo prazos e da necessidade de constituição de provisão para perdas, caso haja risco na realização desses ativos. Até 31 de dezembro de 2003, nenhuma das projeções mencionada, indica relevantes necessidades de constituição de provisão para perda dos valores registrados.

Para a implementação dos procedimentos necessários à gestão do Programa de Racionamento, as controladas incorreram em gastos totais no valor de R\$ 22.069, que foram homologados pela ANEEL, através do Despacho nº 154/2003.

Estes gastos estão sendo considerados nas tarifas de fornecimento de energia elétrica na data do reajuste tarifário anual concedido a partir de abril de 2003, para a controlada CPFL Paulista e a partir de outubro de 2003 para a controlada CPFL Piratininga. Foi recuperado até 31 de dezembro de 2003 o total de R\$ 10.220, remanescendo R\$ 11.849 a receber. Estes gastos estão classificados no Ativo Circulante, na rubrica "Outros".

4 - OPERAÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO MAE

No consolidado, os saldos das contas "Consumidores, Concessionárias e Permissionárias" e "Fornecedores" de curto prazo, incluem o registro dos valores referentes à comercialização de energia no curto prazo, relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2003, com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE e com base em estimativas preparadas pela Administração das controladas. A liquidação financeira desses valores (incluindo aqueles registrados no Passivo Circulante) vem sendo realizada desde 30 de dezembro de 2002 e é resumida da seguinte forma:

Mês/Ano	Consolidado			
	Encargo Sistema - ESS	Custo com Compras	Receita de Vendas	Saldo Líquido
Set. a Dez./2000	(17.222)	(11.252)	38.595	10.121
Jan. a Dez./2001	(80.662)	(24.656)	228.692	123.374
Jan. a Dez./2002	(30.396)	(20.599)	228.652	178.747
Jan. a Dez./2003	(27.127)	(1.349)	21.735	(6.741)
TOTAL	(155.407)	(57.766)	518.674	305.501

Operações Até Dez/2002	Consolidado			
	Acumulado até Dez/2003	Liquidações	31/12/2003	31/12/2002
Compras	(184.697)	168.601	(16.096)	(103.947)
Vendas	496.939	(422.831)	74.108	402.415
	312.242	(254.230)	58.012	298.468
No Exerc. de 2003				
Compras	(28.476)	23.915	(4.561)	-
Vendas	21.735	(11.603)	10.132	-
	(6.741)	12.312	5.571	-
TOTAL	305.501	(241.918)	63.583	298.468

O saldo a pagar consolidado, em 31 de dezembro de 2003, decorrente de operações de compra, no valor de R\$ 20.657, está classificado na conta de "Fornecedores" (R\$ 16.729 como MAE e R\$ 3.928, relacionados a Encargos do Serviço do Sistema - vide nota 17).

O saldo a receber decorrente de vendas de energia está classificado na conta "Consumidores e Concessionárias" no valor de R\$ 84.240 como pode ser verificado na nota 5. O referido saldo é assim composto: R\$ 41.976, no consolidado referente a "Registro Escritural Provisório", tratando-se de créditos pendentes de homologação final pelo MAE e os restantes R\$ 42.264, no consolidado, correspondem a valores faturados e pendentes de recebimento. Até 31 de dezembro de 2003, encontra-se renegociada bilateralmente a parcela de R\$ 16.243, no consolidado, do total faturado pendente. A Sociedade e suas controladas entendem não haver riscos significativos de realização desses saldos.

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre (vide nota 3) podem estar sujeitos a modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras vigentes no mercado durante o período de racionamento.

5 - CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

No consolidado, a rubrica no circulante é oriunda, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição, em 31 de dezembro de 2003 e 2002, é como segue:

Classes de Consumidores	Consolidado				
	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2003	2002
Residencial	143.953	88.308	24.331	256.592	212.630
Industrial	138.773	41.777	26.948	207.498	143.720
Comercial	58.905	33.013	15.812	107.730	81.966
Rural	16.916	4.370	1.112	22.398	16.885
Poder Público	16.402	11.372	4.925	32.699	25.133
Iluminação Pública	21.908	16.350	25.446	63.704	58.366
Serviço Público	14.537	9.516	7.379	31.432	29.643
Faturado	411.394	204.706	105.953	722.053	568.343
Não Faturado	261.631	-	-	261.631	226.272
Diferencial - Reajuste Tarifário 2003	13.798	-	-	13.798	-
Energia de Curto Prazo - MAE	84.240	-	-	84.240	402.415
Concessionárias	62.631	-	-	62.631	50.686
Outros	24.709	3.945	5.519	34.173	26.539
Soma	858.403	208.651	111.472	1.178.526	1.274.255
Recomposição Tarifária					
Extraordinária	221.631	-	-	221.631	267.532
Energia Livre	78.603	-	-	78.603	87.178
TOTAL	1.158.637	208.651	111.472	1.478.760	1.628.965

Diferencial - Reajuste Tarifário 2003: Através da Resolução nº 565/2004, a ANEEL fixou o reposicionamento tarifário da CPFL Piratininga em 18,08%, a ser aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica. Com o objetivo de amenizar o impacto dos índices nas tarifas dos consumidores, sem retirar o direito contratual da concessionária de manter seu equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL determinou a aplicação do índice de reposicionamento em etapas. Dessa forma, procedeu-se como segue:

- Durante o primeiro ano de vigência da revisão tarifária de 2003, compreendido entre outubro de 2003 e outubro de 2004, as tarifas de fornecimento de energia da CPFL Piratininga contemplarão reajuste de 14,68%, correspondente ao Índice de Reajuste Tarifário anual (IRT).
- Nos reajustes anuais a serem homologados para os anos seguintes, até a próxima revisão tarifária periódica, será acrescida à Parcela B de cada ano o valor correspondente à diferença verificada entre o reposicionamento tarifário e o Índice de Reajuste Tarifário.
- O valor correspondente à diferença anual verificada entre o reposicionamento tarifário e o Índice de Reajuste Tarifário, cuja estimativa total é de R\$ 71.149, vem sendo apropriado à receita operacional, em contrapartida à conta "Consumidores e Concessionárias", considerando o cálculo "pró rata dia" para o período de 12 meses, contado a partir de outubro de 2003, perfazendo R\$ 13.798, em 31 de dezembro de 2003.
- A reversão do ativo contabilizado dar-se-á a partir do momento em que a diferença mencionada no tópico b) acima for efetivamente cobrada dos consumidores, o que ocorrerá a partir de outubro de 2004.

Recomposição Tarifária Extraordinária: Trata-se do saldo referente às perdas de receita com o racionamento, a serem repassadas aos consumidores finais, conforme mencionado na nota nº 3.

Energia Livre: Refere-se ao montante que será recebido pelas distribuidoras e repassado aos geradores, conforme mencionado na nota nº 3.

6 - COLIGADAS, CONTROLADAS E CONTROLADORA

A rubrica registra no ativo circulante e realizável a longo prazo, os saldos das transações realizadas entre a Sociedade e suas controladas e controladora, em 31 de dezembro de 2003 e 2002, a composição é como segue:

Coligadas, Controladas ou Controladora	Controladora		
	2003	2002	2002
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
VBC Energia	-	-	117
CPFL Paulista	-	-	2.333
CPFL Geração	2.521	63.290	1.342
CPFL Brasil	50.741	-	-
CPFL Piratininga	-	101.266	-
RGE	-	-	88
TOTAL	53.262	164.556	3.880

Em 2003 os saldos no curto prazo, estão relacionados a dividendos a receber das controladas CPFL Geração e CPFL Brasil e no longo prazo representam principalmente contratos de mútuo celebrados com as controladas CPFL Geração e CPFL Piratininga, cuja remuneração é de 115% do CDI-CETIP.

No consolidado, em 2003, remanesce o valor de R\$ 7.620, a longo prazo, relacionado a saldo de contrato de mútuo, não eliminado na consolidação, da controlada CPFL Geração e sua controlada CERAN.

7 - DEVEDORES DIVERSOS

	Consolidado	
	2003	2002
Créditos a Receber - CESP	45.320	55.325
Ganho não realizado - Operações de Swap	-	217.625
Empregados	14.761	11.861
Outros	15.219	8.092
TOTAL	75.300	292.903

Créditos a Receber CESP: Referem-se a créditos a receber da Companhia Energética de São Paulo - CESP, decorrentes de saldos da conta de Resultados a Compensar da CPFL Paulista, transferidas àquela empresa em 1993, com vencimento final em dezembro de 2009. No consolidado, o saldo total monta R\$ 193.232 (R\$ 272.389 em 31 de dezembro de 2002) e as parcelas recebíveis a longo prazo, no montante de R\$ 148.225 (R\$ 217.064 em 31 de dezembro de 2002), estão registradas na conta "Devedores Diversos", no Realizável a Longo Prazo. O saldo é atualizado conforme a variação do dólar norte-americano, acrescido de juros calculados sobre 50% da Taxa Libor Trimestral, e de "Spread" à taxa de 0,40625% ao ano.

8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 2003, na controladora e consolidado, os saldos representam principalmente, notas promissórias de emissão da Bandeirante Energia S.A., atualizadas monetariamente por 111,5% da variação do CDI, com vencimento integral programado para 23 de março de 2004.

Em 2002, no consolidado, os saldos no ativo circulante e no realizável a longo prazo, são representados principalmente, por debêntures da 9ª emissão da VBC Energia S.A., transferidas para a controladora VBC Participações S.A. e subscritas pela Draft I Participações S.A. (controlada integral da CPFL Paulista). Os resgates foram realizados em 9 (nove) parcelas semestrais, tendo ocorrido o primeiro em setembro de 1999 e o último em setembro de 2003.

9 - TRIBUTOS A COMPENSAR

Em 31 de dezembro de 2003 e 2002, os saldos dos tributos a compensar são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Antecipações de CSLL	-	-	44.697	14.171
Antecipações de IRPJ	15.185	-	94.265	77.762
ICMS s/ Aquisições para o Imobilizado	-	-	21.696	29.294
Imposto de Renda a Compensar	2.586	13.449	52.063	101.152
INSS	-	-	797	2.241
PIS	-	-	5.404	-
COFINS	8	-	2.534	-
Outros	-	-	705	2.227
TOTAL	17.779	13.449	222.161	226.847

No consolidado, o saldo no realizável a longo prazo, no valor de R\$ 24.041 (R\$ 11.404 em 2002), refere-se a valores a serem recuperados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, incidente sobre a aquisição de materiais aplicados no Ativo Imobilizado.

10 - DIFERIMENTO DE CUSTOS E GANHOS TARIFÁRIOS

A composição do saldo da Conta de Compensação de Variação de custos da Parcela A - CVA, é como segue:

	Consolidado			
	ATIVO		PASSIVO	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
	2003	2002	2003	2002
TOTAL	96.500	302.659	906.384	416.933

Detalhamento:	Consolidado							
	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Energia Comprada - Itaipu	25.051	248.378	354.698	170.526	-	-	96.563	-
Encargo de Serviço do Sistema	4.594	5.227	171.719	95.804	-	-	-	-
Transporte Itaipu	634	1.654	9.948	1.890	-	-	-	-
Energia Comprada - Outros	49.385	-	79.013	63.366	-	-	-	(735)
Conta Consumo Combustível - CCC	5.156	3.547	76.019	64.958	4.215	910	78.448	538
Conta de Desenv. Energético - CDE	1.727	-	68.053	-	-	-	-	-
Encargos da Rede Básica	9.884	43.853	143.443	17.559	-	-	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	1.486	1.205	691	-		



CPFL ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 02.429.144/0001-93
Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outro modo)

As principais informações sobre esses investimentos são como segue:

Informações sobre as Participações Societárias	2003		2002		
	CPFL Paulista	CPFL Geração	CPFL Brasil	CPFL Paulista	CPFL Geração
Na Controladora					
Composição Acionária (Em milhares)					
- Ações Ordinárias	12.491.807	47.253.679	300	12.491.807	47.253.679
- Ações Preferenciais	22.644.273	90.233.854	-	22.644.273	90.233.854
- Total de Ações	35.136.080	137.487.533	300	35.136.080	137.487.533
- Ações em Tesouraria	1.531.019	-	-	1.531.019	-
Patrimônio Líquido - (R\$ Mil)					
- Capital Social	3.044.835	689.618	3	3.044.835	689.618
- Resultado do Exercício	(40.780)	2.777	50.742	(382.096)	(71.082)
- Dividendos Propostos	-	2.639	50.741	164.386	-
- Patrimônio Líquido Ajustado (a)	3.077.356	690.848	4	3.118.136	690.710
Na Controladora					
Em Poder da Controladora (Em milhares)					
- Ações Ordinárias	12.084.042	46.159.648	300	12.084.042	46.159.648
- Ações Preferenciais	19.819.681	85.307.915	-	19.819.681	85.307.915
- Total de Ações	31.903.723	131.467.563	300	31.903.723	131.467.563
Participação no Capital - (%)					
- Votante	96,7357%	97,6848%	100,00%	96,7357%	97,6848%
- Total	90,8005%	95,6214%	100,00%	90,8005%	95,6214%
- Ajustada (b)	94,9373%	-	-	94,9373%	-
Participações Societárias Permanentes	2.921.558	660.599	4	2.960.274	660.466
Resultado de Participações Societárias	(38.715)	2.656	50.742	(289.454)	(54.767)

(a) Na CPFL Paulista são deduzidos do Patrimônio Líquido os "Recursos Destinados para Aumento de Capital", nos valores de R\$ 6.863 e R\$ 6.918 em 31 de dezembro de 2003 e 2002, respectivamente.
(b) A participação é ajustada em função das ações em tesouraria.
Da totalidade das ações da controlada CPFL Paulista detidas pela Sociedade, 34,08% estão caucionadas em garantia de emissões de debêntures.

14.3 - Ágio ou Deságio

Em 31 de dezembro de 2003 e 2002, na controladora, os saldos são representados, principalmente, pelo deságio apurado na compra de ações da controlada CPFL Paulista em 2001:

Ágio ou (Deságio)	Controladora	
	2003	2002
CPFL Paulista	(12.828)	(11.021)
CPFL Geração	486	559
TOTAL	(12.342)	(10.462)

No consolidado, a composição da conta de ágio/deságio é como segue:

Investidora	Investida	Consolidado	
		2003	2002
CPFL Energia	CPFL Paulista	(12.828)	(11.021)
CPFL Energia	CPFL Geração	486	559
CPFL Paulista	RGE	567.461	643.105
DRAFTI	CPFL Piratininga	274.881	320.591
CPFL Geração	SEMESA	341.160	383.805
CPFL Geração	Fóz do Chapeco	770	770
CPFL Geração	ENERCAN	10.233	15.693
CPFL Geração	Barra Grande	3.081	6.161
TOTAL		1.185.244	1.359.663

No consolidado os ágios nas aquisições da RGE, CPFL Piratininga e SEMESA, estão sendo amortizados de acordo com as disposições das Instruções CVM nºs 247/96 e 285/98, pelo prazo de 10 anos, em função da expectativa de rentabilidade futura daquelas controladas.

As demonstrações financeiras da controlada CPFL Paulista em 31 de dezembro de 2003 e 2002 foram examinadas pelos mesmos auditores da Sociedade e o respectivo parecer foi emitido em 02 de março de 2004, contendo ressalvas quanto ao diferimento de variação cambial, nos termos das Deliberações CVM nºs 404 e 409/2001, e parágrafo de ênfase sobre valores líquidos a receber relacionados à compra e venda de energia no MAE, no montante de R\$ 11.872 no consolidado, que podem vir a sofrer modificações dependendo da decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor que questionam as regras do mercado de energia durante o período do racionamento.

As demonstrações financeiras da controlada CPFL Geração em 31 de dezembro de 2003 e 2002 foram examinadas pelos mesmos auditores da Sociedade e o respectivo parecer foi emitido em 02 de março de 2004, sem ressalvas e contendo parágrafo de ênfase sobre valores líquidos a receber relacionados à compra e venda de energia no MAE, no montante de R\$ 46.140, que podem vir a sofrer modificações dependendo da decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor que questionam as regras do mercado de energia durante o período do racionamento.

As demonstrações financeiras da controlada CPFL Brasil em 31 de dezembro de 2003 foram examinadas pelos mesmos auditores da Sociedade e o respectivo parecer foi emitido em 02 de março de 2004, sem ressalvas.

15 - IMOBILIZADO

Em Serviço	Consolidado			
	2003		2002	
	Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
- Distribuição	4.824.615	(2.137.605)	2.687.010	2.612.196
Intangíveis	47.809	(5.671)	42.138	43.163
Terrenos	43.292	-	43.292	42.119
Reservatório, Barragens e Adutoras	27	(3)	24	-
Edificações Obras e Benfeitorias	148.874	(72.494)	76.380	79.835
Máquinas e Equipamentos	4.542.912	(2.032.847)	2.510.065	2.422.726
Veículos	31.440	(21.599)	9.841	21.788
Móveis e Utensílios	10.261	(4.991)	5.270	2.565
- Geração	233.392	(81.126)	152.266	118.535
Intangíveis	851	-	851	850
Terrenos	1.340	-	1.340	4.019
Reservatório, Barragens e Adutoras	28.741	(18.852)	9.889	10.343
Edificações Obras e Benfeitorias	35.017	(20.125)	14.892	14.724
Máquinas e Equipamentos	165.888	(41.240)	124.648	88.339
Veículos	512	(54)	458	-
Móveis e Utensílios	1.043	(855)	188	260
- Comercialização	53.979	(7.627)	46.352	152.338
Intangíveis	1.558	(367)	1.191	1.490
Terrenos	215	-	215	216
Edificações Obras e Benfeitorias	4.547	(1.620)	2.927	3.112
Máquinas e Equipamentos	44.107	(3.821)	40.286	146.536
Veículos	1.847	(1.043)	804	672
Móveis e Utensílios	1.705	(776)	929	312
- Administração	163.209	(88.234)	74.975	72.685
Intangíveis	38.294	(19.404)	18.890	24.738
Terrenos	1.791	-	1.791	3.163
Edificações Obras e Benfeitorias	34.837	(17.756)	17.081	10.731
Máquinas e Equipamentos	27.749	(17.450)	10.299	9.668
Veículos	21.333	(14.520)	6.813	1.646
Móveis e Utensílios	39.205	(19.104)	20.101	22.739
Subtotal	5.275.195	(2.314.592)	2.960.603	2.955.754
Em Curso				
- Distribuição	85.351	-	85.351	85.222
- Geração	574.362	-	574.362	495.227
- Comercialização	3.086	-	3.086	2.287
- Administração	15.801	-	15.801	15.274
Subtotal	678.600	-	678.600	598.010
Total do Imobilizado	5.953.795	(2.314.592)	3.639.203	3.553.764
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão			(543.543)	(495.061)
Imobilizado Líquido			3.095.660	3.058.703

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamentou a desvinculação de bens e concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão: Representam os valores recebidos dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno e destinadas ao custeio de investimentos para atendimento a pedido de fornecimento de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição e sua liquidação deverá ocorrer ao final da concessão. As obrigações especiais não estão submetidas à depreciação ou a qualquer forma de atualização.
Ataxa de depreciação média dos ativos é de aproximadamente 5,00% ao ano no consolidado.

16 - DIFERIDO

Na controladora, a rubrica registra, em sua totalidade, o saldo da comissão paga, relacionada à segunda emissão de debêntures no valor de R\$ 16.096, que está sendo amortizado linearmente em 18 parcelas de R\$ 894, até outubro de 2004. Até 31 de dezembro de 2003 foram amortizados R\$ 7.154. No consolidado, a rubrica registra as seguintes posições:

	Consolidado			
	2003	2002	2003	2002
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio de Incorporação	3.648.404	(1.596.206)	2.052.198	2.414.276
Diferimento Variação Cambial	81.793	(71.896)	9.897	28.340
Despesas Pré-Operacionais	40.299	(5.304)	34.995	27.988
Despesas com Emissão de Debêntures	20.380	(8.732)	11.648	5.093
Diferido em Curso	55.308	-	55.308	31.391
TOTAL	3.846.184	(1.682.138)	2.164.046	2.507.088

Ágio de Incorporação: Decorrente das incorporações da DOC4 Participações S.A. (antiga controladora da CPFL Paulista) e da DOC3 Participações S.A. (antiga controladora da RGE). Estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das controladas CPFL Paulista e RGE, sendo amortizados, para fins fiscais e societários, nos termos da Lei nº 9.532/97 e das Instruções CVM nºs 247/96, 285/98 e 319/99, em 10 anos, a partir de novembro de 1999. No consolidado, o impacto da amortização no resultado de 2003 foi de R\$ 364.841 (R\$ 222.824 em 2002).

Diferimento da Variação Cambial: Em conformidade com a Deliberação CVM nº 404, de 27 de setembro de 2001, as controladas CPFL Paulista e RGE optaram por diferir o resultado líquido negativo decorrente do ajuste dos valores em reais de obrigações e créditos denominados em moeda estrangeira, ocorrido no ano de 2001. No consolidado o valor total de R\$ 81.793 está sendo amortizado linearmente, respeitando as datas de vencimentos dos contratos, em até 04 (quatro) anos, a partir do exercício de 2001, inclusive. O impacto no resultado de 2003, foi de R\$ 18.460 (R\$ 19.978 em 2002).

Diferido em Curso: Refere-se a gastos com a implantação e modernização de sistemas e processos corporativos da controlada CPFL Paulista.

17 - FORNECEDORES

Na controladora, os saldos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 estão relacionados, principalmente, a serviços prestados por terceiros. No consolidado a composição dos saldos é como segue:

	Consolidado	
	2003	2002
MAE (nota 4)	16.729	39.875
Encargos de Serviço do Sistema (nota 4)	3.928	64.072
Operações no MAE (nota 4)	20.657	103.947
Suprimento de Energia Elétrica	420.340	575.131
Encargos de Uso da Rede Elétrica	59.772	36.245
Materiais/Serviços	69.390	75.500
Energia Livre (nota 3)	82.779	69.456
Outros	8.051	4.941
TOTAL	660.989	865.220

Os saldos de fornecedores no Exigível a Longo Prazo, em 31 de dezembro de 2003 e 2002, estão relacionados à energia livre a ser repassada aos geradores (vide nota 3).

Repasse de Energia Livre aos Geradores: A ANEEL, através da Resolução nº 89, de 25 de fevereiro de 2003, fixou para a CPFL Paulista o percentual de 25,34% (na controlada CPFL Piratininga 31,12%), a ser aplicado sobre o montante arrecadado mensalmente a título de Recomposição Tarifária Extraordinária. O produto da aplicação desse percentual ao valor arrecadado da RTE vem sendo repassado, desde o mês de fevereiro de 2003, às empresas geradoras.

•BNDES - Ativo Regulatório, CVA e FINEM

	Consolidado				Encargos	Forma de Amortização
	2003	2002	2003	2002		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo		
CPFL Paulista						
-Ativo Regulatório	87.981	515.012	219.435	413.457	Selic + 1% a.a.	- 1ª tranche (perdas do racionamento): 62 parcelas mensais a partir 15/03/2002. - 2ª tranche (Parcela A): 13 parcelas a partir de 15/05/2007. 24 parcelas mensais a partir 15/05/2004.
- CVA	57.496	126.234	-	-	Selic + 1% a.a.	
CPFL Piratininga						
-Ativo Regulatório	35.920	183.553	53.404	185.309	Selic + 1% a.a.	- 1ª tranche (perdas do racionamento): 54 parcelas mensais a partir 15/03/2002. - 2ª tranche (Parcela A): 9 parcelas a partir de 15/09/2006. 24 parcelas mensais a partir 15/12/2004.
- CVA	1.902	40.043	-	-	Selic + 1% a.a.	
RGE						
-Ativo Regulatório	20.678	28.545	15.385	25.396	Selic + 1% a.a.	60 parcelas mensais a partir 17/03/2003.
- FINEM	11.949	32.296	11.316	41.757	TJLP + 3,5% a 4% a.a.	94 parcelas mensais a partir 15/12/1999.
CPFL Geração						
-Ativo Regulatório	1.237	5.309	1.040	5.891	Selic + 1% a.a.	60 parcelas mensais a partir 15/03/2003.
Soma	217.163	930.992	300.580	671.810		
Ativo Regulatório	145.816	732.419	289.264	630.053		
CVA	59.398	166.277	-	-		
FINEM	11.949	32.296	11.316	41.757		
TOTAL	217.163	930.992	300.580	671.810		

Os empréstimos acima estão garantidos pela arrecadação de recebíveis na venda de energia elétrica das controladas.

BRDE - Refere-se a contrato de abertura de crédito, assumido pela controlada RGE no processo de cisão e privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, sendo atualizado pelo IGP-M, acrescido de juros de 12% ao ano. As amortizações são mensais, com vencimento final previsto para 30 de setembro de 2006, tendo sido dada como garantia a arrecadação de venda de energia da RGE.

Furnas - O empréstimo junto a Furnas está sujeito à atualização pela variação do IGP-M e juros de 10% a.a., com vencimento em 24 parcelas mensais a partir de 2008, tendo como garantia a energia produzida pela UHE Serra da Mesa, conforme Contrato Geral assinado entre a SEMESA e Furnas.
Floating Rate Notes - Refere-se à captação de recursos no mercado externo, no montante de US\$ 300 milhões, realizada no segundo trimestre de 2001, para fins de aquisição do controle acionário da RGE, contratados junto a um consórcio de bancos.
Esse empréstimo tem prazo de vencimento final de 5 anos e carência de 20 meses para início do pagamento do principal. Os juros vêm sendo pagos semestralmente a partir de dezembro de 2001 e a amortização do principal iniciou-se em 19 de fevereiro de 2003. Através de mecanismo

No consolidado, os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm a seguinte composição de longo prazo:

Instituições Financeiras em Vencimento	Moeda Estrangeira	(Anos)	Amortização	Garantias	Indexador	Taxa de Juros	Consolidado	
							2003	2002
1) Banco do Brasil S.A.:								
Debt Conversion Bond	US\$	18	17 parcelas semestrais (a partir de abr/04)	Vinculação de Receitas	US\$	Libor 6 meses + 7/8% a.a.	25.770	35.717
New Money Bond	US\$	15	17 parcelas semestrais (desde abr/01)	Vinculação de Receitas	US\$	Libor 6 meses + 7/8% a.a.	4.078	6.095
FLIRB	US\$	15	13 parcelas semestrais (desde abr/03)	Vinculação de Receitas	US\$	Libor 6 meses + 13/16% a.a.	4.139	6.186
C-Bond	US\$	20	21 parcelas semestrais (a partir de abr/04)	Vinculação de Receitas	US\$	8% a.a.	29.143	39.392
Discount Bond	US\$	30	única ao final de 30 anos	Depósito em Garantia e Receitas	US\$	Libor 6 meses + 13/16% a.a.	25.183	30.797
PAR-Bond	US\$	30	única ao final de 30 anos					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outro modo)

I - CPFL Paulista e CPFL Geração

Atualmente vigora para os funcionários das controladas um Plano de Benefícios Misto, com as seguintes características:
Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 30 de setembro de 1997 - plano de benefício salda- do, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Salda-do (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de setembro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabi- lidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é das controladas.

Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de outubro de 1997, que contempla as aposentadorias de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido e as aposentadorias programá- veis, no conceito de contribuição definida.

Com a modificação do Plano Previdenciário em setembro de 1997, foi reconhecida uma obriga- ção a pagar pelas controladas referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários ex- ternos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 240 parcelas mensais, acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2003 era de R\$ 762.815 (R\$ 778.465 em 2002), sendo que o passivo foi devidamente ajustado para atender os critérios da Deliberação CVM 371.

II - CPFL Piratininga

A CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante, assumiu a responsabi- lidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados naquela em- presa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos em- pregados ativos transferidos para a CPFL Piratininga.

Em 02 de abril de 1998 a Secretaria de Previdência Complementar - SPC, aprovou a reestruturá- ção do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante (empresa predecessora da CPFL Piratininga), dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Salda- do - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", similar ao da controladora, com as seguintes caracte- rísticas:

Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31/03/98 - plano de benefício salda-do, que con- cede um Benefício Suplementar Proporcional Salda-do (BSPS), na forma de renda vitalícia re- versível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertu- ra das insuficiências atuariais desse Plano é da CPFL Piratininga.

Plano de Benefício Definido - vigente após 31/03/98 - plano do tipo BD, que concede renda vitalí- cia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31/03/98) e, portanto, não incluem ape- nas o tempo de serviço passado acumulado após 31/03/98. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é partilhada entre a CPFL Piratininga e os participantes.

Plano de Contribuição Definida - implantado junto com o Plano BD vigente após 31/03/98, é um plano previdenciário, que até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a CPFL Pirati- ninga. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o pla- no previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabi- lidade atuarial para a controlada.

III - Rio Grande Energia S.A.

O plano de suplementação é do tipo "benefício definido", com nível de benefício de 100% da mé- dia dos últimos salários, incluindo o benefício da Previdência Social. As patrocinadoras são res- ponsáveis pela cobertura dos déficits apurados no plano de benefício da Fundação e conforme o Regulamento da Fundação ELETROCEEA, a contribuição da patrocinadora será equivalente à totalidade das contribuições vertidas pelos participantes em um mesmo período.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2003, de suas controla- das, conforme laudo preparado por atuário externo, estão assim apresentados (os valores da RGE estão proporcionais à participação da controladora CPFL Paulista):

	CPFL	Piratininga	Geração	RGE
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(2.338.898)	(536.452)	(48.539)	(69.739)
Valor justo dos ativos do plano	1.279.858	291.367	26.441	69.247
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(1.059.040)	(245.085)	(22.098)	(492)
Ajustes por diferimentos permitidos				
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidas	341.337	62.993	7.823	(8.469)
Aumento do passivo na adoção da CVM 371	48.530	98.351	980	5.114
Passivo atuarial líquido a ser reconhecido	(669.173)	(83.741)	(13.295)	(3.847)

As perdas atuariais referentes aos Planos que excederam a 10% das obrigações atuariais, no montante de R\$ 121.310, no consolidado, serão reconhecidas no resultado a partir de 2004, pelo período médio serviço futuro dos participantes. O aumento do passivo na adoção da CVM 371 refere-se ao déficit do plano apurado em 31 de dezembro de 2001, o qual foi diferido e vem sendo amortizado em 5 anos. Conforme facultado pelo Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 01/2004, essa amortização foi classificada na demonstração do resultado dos exercícios de 2003 e 2002 como item extraordinário, pelo valor líquido dos efeitos fiscais correspondentes.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	CPFL	Piratininga	Geração	RGE
Passivo atuarial líquido no início do ano	700.197	43.814	12.337	2.042
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado	62.044	57.727	3.235	3.344
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	(93.068)	(17.800)	(2.277)	(1.539)
	669.173	83.741	13.295	3.847
Curto Prazo	20.279	18.801	395	-
Longo Prazo	648.894	64.940	12.900	3.847

Nos saldos contábeis de suas controladas, relacionados à Previdência Privada existem ainda R\$ 24.679, no consolidado, referentes a outras contribuições.

A estimativa do atuário externo para as despesas e receitas a serem reconhecidas no exercício de 2004 é como segue:

	CPFL	Piratininga	Geração	RGE
Custo do serviço	762	5.902	28	534
Juros sobre obrigações atuariais	255.631	59.122	5.295	7.836
Rendimento esperado dos ativos do plano	(141.079)	(32.539)	(2.924)	(7.897)
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidas	5.042	273	109	(172)
Efeito relacionado com adoção da CVM nº 371	16.177	32.784	327	1.704
Total da despesa	136.533	65.542	2.835	2.006
Contribuições esperadas dos participantes	-	(2.417)	-	(933)
	136.533	63.125	2.835	1.073
Despesa administrativa	1.703	415	51	-
	138.236	63.540	2.886	1.073

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	CPFL Paulista e CPFL Geração	CPFL Piratininga e CPFL Geração	RGE
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,3%aa	11,3%aa	11,3%aa
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano:	11,3%aa	11,3%aa	11,3%aa
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	7,1% aa	7,1% aa	7,1% aa
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0% aa	5% aa	5% aa
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima)	5% aa	5% aa	5% aa
Tábua de biométrica de mortalidade geral:	UP-94	UP-84	UP-84
Tábua de biométrica de entrada em invalidez:	Tábua Mercer	Light-Média (ix)	Light-Média (ix)
Taxa de rotatividade esperada:	0,3%/(Tempo de Serviço + 1)	0,3%/(Tempo de Serviço + 1)	0,3%/(Tempo de Serviço + 1)

20 - TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	2003	2002
RGR - Reserva Global de Reversão	16.088	16.147	16.147
Taxa de Fiscalização - ANEEL	487	770	770
CCC - Conta Consumo de Combustível	6.706	68.308	68.308
CDE - Contribuição de Desenvolvimento Energético	12.236	12.236	12.236
	35.517	85.225	85.225

Reserva Global de Reversão - RGR - É um fundo de reserva administrado pela Eletrobrás, destina- do a prover recursos para a União indenizar concessionários quando da expiração de suas concessões, na forma de reembolso pelo valor do ativo permanente líquido registrado nos livros. O Decreto nº 1.771/1996 instituiu a taxa de RGR de 2,5% sobre o imobilizado em serviço, limita- do a 3,0% do total da receita operacional bruta, deduzida do ICMS.

Conta Consumo de Combustível - CCC - É uma contribuição feita pelas controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE para financiar o custo do combustível utilizado nos processos de operações de energia termelétrica no sistema energético brasileiro.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - Foi criada pela Lei nº 10.438/2002, para pro- mover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hí- drelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos Siste- mas Elétricos Interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

21 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O saldo são como segue:

	Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	
	2003	2002	2003
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	198.172	161.444	-
Programa de Integração Social - PIS	7.043	3.129	931
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	23.596	28.149	32.111
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.287	2.903	-
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.046	616	-
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	117.117	9.395	110.434
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	36.543	3.389	39.756
Outros	13.116	9.267	-
TOTAL	398.920	218.292	183.232

Os tributos a recolher classificados no longo prazo estão relacionados aos efeitos apurados em decorrência da alteração do regime de tributação das receitas originárias da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE (vide nota 12).

22 - COLIGADAS, CONTROLADAS E CONTROLADORA

Em 31 de dezembro de 2003, no consolidado, a rubrica registra, no passivo circulante, o saldo de R\$ 15.805 (R\$ 17 em 2002), em sua totalidade relacionado a transações realizadas entre a Sociedade e a controladora VBC Energia S.A., não eliminados na consolidação.

No consolidado, em 31 de dezembro de 2002, o saldo de R\$ 315.965, no Exigível a Longo Prazo, refere-se à dívida da controlada CPFL Geração à VBC Energia S.A. pela aquisição da SEMESA. Em outubro de 2003 a Sociedade assumiu parte desta dívida, no montante de R\$ 350.000, em contrapartida ao registro de um adiantamento para futuro aumento de capital (vide nota 11).

23 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

No consolidado, em 31 de dezembro de 2003 e 2002, o saldo das provisões se constituem co- mo segue:

	Consolidado					
	2003			2002		
	Valor da Provisão No exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	Valor da Provisão No exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Trabalhistas						
Diversos	6.875	30.458	8.543	3.454	23.583	3.374
Cíveis						
Danos Pessoais	9.612	19.452	3.516	-	9.840	-
Majoração Tarifária	11.338	50.742	8.331	(1.284)	39.404	5.404
Energia Comprada	21.079	21.079	21.079	-	-	-
Outros	672	1.759	-	(112)	1.087	329
	42.701	93.032	32.926	(1.396)	50.331	5.733
Fiscais						
FINSOCIAL - Litígio	(2.630)	16.728	47.661	-	19.358	50.253
PIS/PASEP	659	9.949	-	4.850	9.290	-
COFINS - Liminar	28.434	72.957	2.317	24.041	44.523	2.317
Imposto de Renda	(14.342)	-	-	14.342	14.342	-
Outras	23.555	32.206	5.715	(1.361)	8.651	5.728
	35.676	131.840	55.693	41.872	96.164	58.298
TOTAL	85.252	255.330	97.162	43.930	170.078	67.405

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de per- das em processos cuja probabilidade de êxito é remota, na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade e de suas controladas.

Trabalhistas: Referem-se a ações ajuizadas. No consolidado, nos termos do protocolo de ci- são da Bandeirante, a CPFL Piratininga é responsável pelas obrigações correspondentes aos riscos contingentes dos empregados locados nas respectivas regiões por ela assumidas, en- quanto que as ações corporativas, anteriores à data da efetivação da cisão, 1º de outubro de 2001, são assumidas na proporção percentual dos controladores antes da referida cisão (56% para a Bandeirante e 44% para a CPFL Piratininga).

Danos Pessoais: Referem-se a pleitos de indenizações não cobertas por apólices de segu- ros, com perdas consideradas prováveis.

Majoração Tarifária: Correspondem a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes concedidos pelas Portarias DNAEE nºs. 38 e 45/1986, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado".

Energia Comprada: Em decorrência da perda de consumidores livres, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga solicitaram redução na demanda de potência nos contratos in-iciais, sendo parcialmente atendidas pela ANEEL, conforme Resolução nº 552/2003. As contro- ladas impetraram ação judicial, motivadas pela sua não concordância com os montantes fis- cos determinados na mencionada Resolução, alegando divergência nos cálculos, e efetuando depósitos judiciais mensais dos valores divergentes.

Finsocial em Litígio: Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração tarifária e co- brança do Finsocial, do período de junho de 1989 a outubro de 1991. A CPFL Paulista obteve li- minares que garantiram o não-recolhimento, mediante depósito judicial. Os depósitos judiciais estão registrados na rubrica "Depósitos Vinculados a Litígios", no ativo realizável a longo pra- zo, sendo atualizados pela variação da Taxa Referencial Diária (TRD).

COFINS/PIS: Refere-se a questionamento judicial quanto à inclusão das receitas financeiras, outras operacionais e não operacionais na base de cálculo do PIS e COFINS, com respaldo em liminar para efetuar o pagamento dessas contribuições na forma da legislação anterior. En- quanto não se obtém decisão final sobre esta matéria as controladas CPFL Paulista e CPFL Pi- ratininga vêm constituindo provisão para os valores em discussão.

A Administração da Sociedade e suas controladas, baseadas na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões su- ficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

24 - OUTROS

	Consolidado	2003	2002
Consumidores e Concessionários	31.277	29.792	-
Adiantamentos	15.153	21.498	-
Juros sobre Empréstimo Compulsório	3.973	8.350	-
Encargos de Capacidade Emergencial - ECE	33.425	18.163	-
Outros	16.128	21.032	-
TOTAL	99.956	98.835	

Consumidores e Concessionários: Referem-se a obrigações relativas a contas pagas em duplicidade e/ou ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos aos consumidores.

Adiantamentos: Refere-se a adiantamentos realizados pelos consumidores para execução de obras e serviços.

Juros sobre Empréstimo Compulsório: Repasse de recursos oriundos da Eletrobrás aos consumidores industriais.

Encargos de Capacidade Emergencial: Refere-se ao encargo tarifário cobrado do consumi- dor, a ser repassado para a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE.

25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Todas as ações da Sociedade são de espécie ordinária, sem valor nominal, assim distribuídas em 31 de dezembro de 2003 e 2002:

	Composição Acionária			
	2003		2002	
	Ações Ordinárias	Participação %	Ações Ordinárias	Participação %
Acionistas				
VBC Energia S.A.	1.827.229.375	44,37%	1.536.817.077	45,32%
521 Participações S.A.	1.522.384.377	36,96%	1.288.590.110	38,00%
Bonaire Participações S.A.	628.239.133	15,25%	565.591.248	16,68%
BNDES Participações S.A.	140.845.070	3,42%	-	-
Outros Acionistas (Conselheiros)	22	-	12	-
TOTAL	4.118.697.977	100,00%	3.390.998.447	100,00%

Aumento de Capital

Em reunião do Conselho de Administração da Sociedade, realizada em 20 de outubro de 2003, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade, no valor total de R\$ 1.550.000 com a emissão de 727.699.530 novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 2,13 por ação, por subscrição particular nos seguintes termos:

- Capitalização do saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 800.000, efetuados em 22 de abril de 2003, pelos acionistas VBC Energia S.A., 521 Partici- pações S.A. e Bonaire Participações S.A.;
- Aumento em dinheiro, no valor de R\$ 100.000, integralizado pelos acionistas VBC Energia S.A. e 521 Participações S.A.;
- Conversão de créditos da VBC Energia S.A. com a Sociedade, no valor de R\$ 350.000;
- Integralização em dinheiro no valor de R\$ 300.000, pelo BNDES Participações S.A.

Dividendo Mínimo Cumulativo e Resgate de Ações Preferenciais Classe "C" da Contro- lada CPFL Paulista

Em cumprimento ao estabelecido na alínea b, do parágrafo 1º, do Artigo 6º, do Estatuto Social da controlada CPFL Paulista teve início, a partir de 25 de outubro de 2002, o segundo paga- mento do dividendo mínimo cumulativo referente às ações preferenciais classe "C", no mon- tante de R\$ 164.386, equivalente a R\$ 11,93 por lote de mil ações, assim como o segundo res- gate dessas ações, no montante de R\$ 166.085, equivalente a R\$ 151.019.189 ações, ao preço de R\$ 108,48 por lote mil de ações, considerando a posição acionária integral de cada acionista em 18 de outubro de 2002, nos termos divulgados no Comunicado aos Acionistas publicado em 18 de outubro de 2002, sendo que essas ações estão mantidas como "Ações em Tesouraria", até a aprovação da ANEEL quanto à redução do Capital, bem como de deliberações em AGE.

No curso deste exercício, não ocorreu o 3º resgate de ações preferenciais classe "C", nem o pagamento do dividendo mínimo, em função de não haver base legal para sustentar o referido resgate e pagamento, ou seja, Lucros ou Reservas com saldo suficiente para sua absorção. Enquanto não ocorrer o cancelamento das ações em tesouraria, o valor dessas ações no mon- tante de R\$ 166.085, devem ser lidas como redutoras da Reserva de Capital, por força do arti- go 44 § 1º da Lei nº 6.404/76.

Tendo em vista o prejuízo da controlada de R\$ 40.780 apurado no exercício de 2003, parte do saldo da reserva de capital foi utilizada para absorção deste prejuízo.

Distribuição de Resultados

O Estatuto Social da Sociedade prevê o pagamento de dividendos mínimos aos acionistas cal- culados em 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei nº 6.404/76.

26 - RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado					
	Nº de Consumidores (*)		GWh (*)		R\$	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Consumidores						
Residencial	4.481.351	4.430.900	8.124	7.779	2.695.986	1.373.138
Industrial	78.642	79.489	16.909	15.731	2.771.173	



CPFL ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 02.429.144/0001-93
Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outro modo)

Risco de Aceleração de Dívidas: A Sociedade e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

VALORIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controles e acompanhamentos das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos das suas controladas, em 31 de dezembro de 2003 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e avaliação nas demonstrações financeiras:

Disponibilidades: Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos aproxima-se dos valores demonstrados nos balanços patrimoniais.

Ativos e Passivos Regulatórios: São compostos, basicamente, pela Reconposição Tarifária Extraordinária, Energia Livre, Parcela A, Diferencial de Reajustes Tarifários e CVA. Esses créditos e débitos decorrem dos efeitos do plano de racionamento de 2001 e outros valores relacionados ao diferimento de custos e receitas tarifárias. Esses valores estão avaliados conforme critérios definidos pela ANEEL, de acordo com as características descritas nas notas 3, 5 e 10.

Empréstimos e Financiamentos: Estão avaliados conforme os critérios estipulados em contratos, de acordo com as características definidas na nota nº 18. Conforme descrito acima, em 31 de dezembro de 2003 as suas controladas mantinham instrumentos de troca de resultados financeiros para seus empréstimos denominados em moeda estrangeira e juros internacionais. Esses instrumentos contratados têm como objetivo proteger as operações das suas controladas decorrentes de variações cambiais e juros internacionais e não são utilizados para fins especulativos.

Debêntures: As debêntures lançadas pela Sociedade e suas controladas não são negociadas no mercado e estão avaliadas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, conforme características definidas na nota nº 18.

Investimentos em Controladas: A Sociedade possui investimentos avaliados pela equivalência patrimonial em empresas cujas ações são negociadas no mercado de capitais. A administração da Sociedade entende que o valor de negociação dessas ações não é representativo do valor de mercado das respectivas empresas dado o pequeno volume de transações das mesmas no mercado.

32 - FATOS RELEVANTES

A controlada CPFL Piratininga teve suas tarifas de fornecimento e de suprimento reajustadas, conforme descrito a seguir:

a) Revisão Tarifária

Em cumprimento ao disposto no Contrato de Concessão do Serviço de Distribuição de Energia Elétrica nº 009/2002, celebrado entre a CPFL Piratininga e a União em 23 de setembro de 2002, a ANEEL realizou a primeira revisão periódica tarifária da controlada.

Conforme dispõe a Resolução ANEEL nº 336/2001, que aprovou a cisão da Bandeirante, quando da primeira revisão tarifária da CPFL Piratininga e da Bandeirante, será aplicado às tarifas de fornecimento o menor índice de reposicionamento tarifário apurado entre as duas concessionárias. Nesta revisão, o reposicionamento da CPFL Piratininga foi de 19,58% e o da Bandeirante, de 18,08%.

Portanto, em 22 de outubro de 2003, a ANEEL fixou o reposicionamento tarifário da CPFL Piratininga em 18,08%, a ser aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica. Com o objetivo de amenizar o impacto dos índices nas tarifas dos consumidores, sem retirar o direito contratual da concessionária de manter seu equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL determinou a aplicação em etapas dos índices de reposicionamento.

Desta forma a CPFL Piratininga reajustou suas tarifas, a partir de 23 de outubro de 2003, em 14,68%. A diferença de 3,4% em relação ao reposicionamento tarifário total será aplicada de forma escalonada, em três parcelas anuais, de 2004 a 2006. Em 2007, será realizada nova revisão tarifária.

b) Novo Modelo do Setor Elétrico

O Governo Federal, através das Medidas Provisórias 144 e 145/2003, divulgou um projeto do novo modelo do setor elétrico brasileiro.

Três novas estruturas estão sendo criadas dentro do novo modelo: i) a Empresa de Pesquisas Energéticas - EPE, encarregada de fazer estudos do planejamento da expansão e transmissão de energia; ii) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, encarregada da definição de normas para comercialização de energia e; iii) o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, encarregado do monitoramento permanente da segurança de suprimento.

Com a criação dessa nova estrutura, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE passará a suceder o Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE. Nessa nova estrutura, o Presidente do Conselho de Administração da CCEE, terá poder de veto, e será indicado pelo Governo Federal.

O novo modelo, além da criação das novas instituições citadas, também redefine as atribuições dos diversos agentes institucionais existentes, restituindo ao Ministério das Minas e Energia o papel de Poder Concedente, passando a ANEEL a exercer, exclusivamente, a função reguladora, fiscalizadora e mediadora. O Operador Nacional do Sistema - ONS passa a ter 3 diretores indicados pelo Poder Executivo, dos 5 que compõem sua estrutura.

As principais alterações previstas são:

Definição de dois ambientes de contratação de energia:

i) o regulado, onde todas as compras de energia serão feitas por meio de licitação, através de "pool", pelo critério de menor tarifa;

ii) o livre, onde se inscrevem todos os consumidores livres e os comercializadores com capacidade de negociar seus contratos de suprimento;

As distribuidoras deverão contratar 100% da sua carga;

Ênfase no planejamento governamental centralizado e determinativo para as novas obras do setor;

Firme controle governamental sobre o mercado e sua regulamentação;

Limitação ao "self-dealing", com proibição de uma geradora vender energia diretamente a uma distribuidora do mesmo grupo econômico;

Novas licitações dos empreendimentos de geração de energia pelo critério de menor tarifa;

Contratos de suprimento de longo prazo definidos em processos de licitação;

Concessão de licença prévia ambiental como pré-requisito para as licitações das novas usinas hidrelétricas e linhas de transmissão;

Obrigatoriedade de incorporação das redes particulares existentes na área de concessão;

Definição de instrumentos mais eficazes na legislação destinados ao combate à inadimplência dos consumidores.

As propostas de alteração do modelo do setor elétrico deverão impactar os negócios de suas controladas, porém ainda não é possível quantificar seus possíveis efeitos.

c) Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, estabeleceu o valor de R\$ 0,004681 para o Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial, com vigência no período de 1º a 31 de janeiro de 2004.

d) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC

Através de aprovação em reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de janeiro de 2004, e com anuência da ANEEL, obtida em ofício datado de 25 de junho de 2003, a controlada CPFL Piratininga lançou um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC para captação na ordem de R\$ 150 milhões, cujo montante ingressou em março/2004.

O FIDC será administrado pelo Banco Votorantim, cuja estrutura consiste na captação de recursos com liquidação vinculada ao recebimento de faturamento da controlada CPFL Piratininga e terá 36 meses de prazo total, com 36 amortizações mensais. A remuneração da operação terá uma taxa de 107% do Certificado do Depósito Interfinanceiro - CDI.

e) Captação de Recursos IFC - International Finance Corporation

A CPFL Energia S.A., em 27 de fevereiro de 2004, efetivou a captação de recursos no montante de US\$ 40 milhões de dólares americanos, junto ao IFC - International Finance Corporation, com prazo de vencimento de 7 anos, atualizado monetariamente pela "Taxa Libor", acrescido de juros de 5,25% a.a., com amortizações semestrais, sendo que a amortização do principal tem carência até 25 de junho de 2005. As garantias são, basicamente, ações e dividendos de controladas e fiança dos acionistas controladores.

ANEXO I DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Prejuízo do Exercício	(297.392)	(696.063)	(297.392)	(696.063)
Participação de Acionistas não Controladores no Resultado	-	-	874	(16.839)
Despesas (Receitas) que não Afetam o Caixa:				
- Reconposição Tarifária Extraordinária	-	-	(179.499)	(185.196)
- Diferencial - Reajuste Tarifário 2003	-	-	(13.798)	-
- Depreciação e Amortização	-	-	644.276	388.576
- Provisão para Contingências	-	-	83.493	28.560
- Amortização do Ágio em Controlada	1.880	(1.213)	168.959	95.587
- Juros e Atualizações Monetárias	276.611	330.517	780.220	1.575.501
- Provisão Swap	-	-	246.321	(162.349)
- Entidade de Previdência Privada	-	-	110.767	202.698
- Equivalência Patrimonial	(14.683)	344.221	-	-
- Baixa de Investimento por Venda	-	-	183.422	-
- Baixa do Imobilizado	-	-	8.923	13.351
- Tributos Diferidos	-	-	5.769	(101.101)
- Outros	7.458	(6.181)	6.621	(6.760)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício Ajustado	(26.126)	(28.719)	1.748.956	1.135.965
Diminuição (Acréscimo) de Ativos Operacionais:				
- Consumidores e Revendedores	-	-	346.885	38.064
- Devedores Diversos	-	58	255.822	(59.066)
- Títulos e Valores Mobiliários	(12.120)	-	70.466	52.157
- Tributos a Compensar	(4.330)	(2.319)	(2.343)	(85.006)
- Estoques	-	-	521	884
- Diferimento de Custos Tarifários	-	-	(127.674)	(276.980)
- Outros Ativos Operacionais	3.181	4.347	(89.059)	102.657
	(13.269)	2.086	454.618	(227.290)
Acréscimo (Diminuição) de Passivos Operacionais:				
- Fornecedores	334	71	(187.411)	37.961
- Tributos e Contribuições	-	(576)	174.153	8.434
- Folha de Pagamento	-	-	(1.811)	1.572
- Coligadas, Controladas e Controladoras	(15)	-	(15)	-
- Diferimento de Custos Tarifários	-	-	112.430	(37.743)
- Outros Passivos	8	-	(133.697)	(45.552)
	327	(505)	(36.351)	(35.328)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CPFL Energia S.A., no desempenho de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2003, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Auditoria Externa e, ainda, com base no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 02 de março de 2004, ressalvado conforme a nota 3 do citado Parecer, é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 24 de março de 2004

INÁCIO CLEMENTE DA SILVA
RAMÓN PÉREZ ARIAS FILHO

IVAN MENDES DO CARMO

SÉRGIO PAULO SILVA
UBALDO EVANGELISTA NETO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

CARLOS ERMÍRIO DE MORAES
Presidente
LUIZ CARLOS SIQUEIRA AGUIAR
Vice Presidente
Conselheiros

WILSON P. FERREIRA JÚNIOR
Diretor Presidente

ANTÔNIO CARLOS BASSALO
Diretor de Contabilidade
CRC 1SP085131/O-8

SÉRGIO LUIZ FELICE
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP192767/O-6

CIDALVIM LOPES DE REZENDE
MÁRIO DA SILVEIRA TEIXEIRA JÚNIOR
LUIZ MAURÍCIO LEUZINGER
OTÁVIO CARNEIRO DE REZENDE
FRANCISCO CAPRINO NETO

RENI ANTONIO DA SILVA
Diretor Vice Presidente de Estratégia e Regulação
PAULO CEZAR C. TAVARES
Diretor Vice Presidente de Gestão de Energia
MIGUEL NORMANDO ABDALLA SAAD
Diretor Vice Presidente de Geração

NILO MARCOS MINGRONI CECCO
Diretor Vice Presidente Financeiro e de Relações com Investidores
HÉLIO VIANA PEREIRA
Diretor Vice Presidente de Distribuição

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

CPFL Energia S.A.

São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da CPFL Energia S.A. e controladas (controladora e consolidado), levantados em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da controlada indireta em conjunto, Rio Grande Energia S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002, cujos ativos e prejuízo proporcionais representam, respectivamente, 10,3% e 3,1% (10,4% e 9,2% em 2002) do ativo total consolidado e do prejuízo da Sociedade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido em 29 de janeiro de 2004, incluiu ressalva quanto ao diferimento de variações cambiais passivas líquidas. As demonstrações financeiras da controlada indireta em conjunto, Campos Novos Energia S.A. (empresa em fase pré-operacional), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003, cujos ativos proporcionais representam 2,8% do ativo total consolidado da Sociedade em 31 de dezembro de 2003, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido em 24 de janeiro de 2004, não contém ressalvas. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores dessas controladas incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas e aos investimentos registrados pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora, está baseada exclusivamente nos pareceres desses auditores independentes.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade e

controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Conforme descrito na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, a controlada Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL e a controlada em conjunto indireta Rio Grande Energia S.A., exercendo permissão contida nas Deliberações CVM nºs 404 e 409, de 27 de setembro e 1º de novembro de 2001, respectivamente, registraram, em conta do ativo diferido, o resultado da perda cambial líquida apurada durante o exercício de 2001. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que as variações cambiais sejam registradas no resultado do período em que ocorrerem. Conseqüentemente, em decorrência do critério adotado pelas referidas controladas, em 31 de dezembro de 2003, o ativo diferido consolidado está aumentado em R\$ 9.897 mil (R\$ 28.340 mil em 2002); os investimentos nas controladas e o patrimônio líquido (controladora) estão aumentados em R\$ 8.254 mil (R\$ 23.725 mil em 2002); e o prejuízo do exercício (controladora e consolidado) está aumentado em R\$ 15.486 mil (R\$ 19.098 mil em 2002), líquidos dos efeitos fiscais correspondentes.

4. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, exceto pelo efeito do assunto comentado no parágrafo 3 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Energia S.A. e controladas (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2003 e 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. As informações suplementares contidas nos Anexos I e II, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
FLUXO DE CAIXA ANTES DOS INVESTIMENTOS	(39.068)	(27.138)	2.167.223	873.347
FLUXO DE CAIXA DE INVESTIMENTOS				
- Aquisição de Participação em Controladas	(3)	(3.390.967)	(3)	(2.215)
- Aporte de Capital em Controladas	-	-	-	3.534
- Aquisições de Imobilizado	-	-	(564.383)	(320.129)
- Adições ao Diferido	(16.096)	-	(42.154)	(24.024)
- Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	(222.164)	-	(14.339)
- Dividendos Recebidos	225.927	161.958	-	-
- Dividendos Pagos	-	-	(28.445)	(870)
- Integralização de Capital	1.200.000	3.390.944	1.200.000	1.288
- Resgate de Ações	-	163.632	-	(2.505)
	1.409.828	103.403	565.015	(359.260)
	1.370.760	76.265	2.732.238	514.087

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
- Financiamentos e Debêntures	900.000	814.224	1.521.712	890.048
- Amortização de Principal e Pagamento de Encargos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(2.034.338)	(912.422)	(4.136.508)	(1.349.258)
- Contribuição e Doação do Consumidor	-	-	48.440	30.059
- Operações de Mútuo com Controladas e Coligadas	(155.246)	(157)	33.179	19.014
	(1.289.584)	(98.355)	2.533.177	(410.137)

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
ACRÉSCIMO (REDUÇÃO) DE DISPONIBILIDADE NO EXERCÍCIO	81.176	(22.090)	199.061	103.950
DISPONIBILIDADE INICIAL	162	22.252	176.659	36.945
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA POR VARIAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS	-	-	(1.108)	35.764
DISPONIBILIDADE FINAL	81.338	162	374.612	176.659

ANEXO II

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
1 - Geração do Valor Adicionado				
Receita de Venda de Energia e Serviços	-	-	8.081.706	4.303.844
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(62.682)	(51.293)
Resultado Não Operacional	-	6.183	43.852	6.272
	-	6.183	8.062.876	4.258.823
(-) Insumos				
Custo de Energia Comprada	-	-	(3.465.714)	(1.809.875)
Serviços de Terceiros	(6.736)	(3.909)	(220.494)	(147.224)
Materiais	-	-	(34.293)	(26.103)
Outros Custos Operacionais	(11.607)	(19.669)	(135.362)	(71.962)
	(18.343)	(23.578)	(3.855.863)	(2.055.164)
2 - Valor Adicionado Bruto	(18.343)	(17.395)	4.207.013	2.203.659
Depreciações e Amortizações	-	-	(811.428)	(487.252)
3 - Valor Adicionado Líquido Gerado	(18.343)	(17.395)	3.395.585	1.716.407
Receitas Financeiras	13.317	4.276	521.078	580.398
Equivalência Patrimonial	14.683	(344.221)	-	-
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	(874)	16.839
	28.000	(339.945)	520.204	597.237
4 - Valor Adicionado a Distribuir	9.657	(357.340)	3.915.789	2.313.644
5 - Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	-	-	387.647	275.640
Governo	-	-	2.464.930	1.085.304
Financiadores	307.049	338.723	1.360.604	1.648.763
Acionistas	(297.392)	(696.063)	(297.392)	(696.063)
	9.657	(357.340)	3.915.789	2.3